



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

Vara do Trabalho de Orlândia

Setembro/2024





SOS/RS-15

Chave PIX
falecom@amatraxv.org.br



Em nome de "AMATRA XV"





SUMÁRIO

Apresentação	4
Diagnóstico	10
Audiências e Produtividade	14
Fase de Conhecimento	29
Fase de Cumprimento de Sentença	34
Metas CNJ	44
Arrecadação	47
Deliberações Finais	48



1. APRESENTAÇÃO



#ParaTodosVerem: foto de Sua Excelência a Desembargadora Corregedora **Rita De Cássia Penkal Bernardino De Souza**

Em 9 de Setembro de 2024, Sua Excelência a Desembargadora **RITA DE CÁSSIA PENKAL BERNARDINO DE SOUZA**, Corregedora Regional, em cumprimento ao artigo 29, II, do Regimento Interno, presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 14/2024, disponibilizado no DEJT, caderno judiciário de 21/8/2024, página 117.

A Equipe de Correição

Vlademir Nei Suato

Adilson Sergio Bertoldo Junior
Alessandra Santos Terçarioli da Silva
Angela Cornacini
Edna Mitiyo Yoshioka Lanfredi
Flavia Andre Carbonieri
Giovana Elisa Ribeiro Berteli Costa
José Vanderlei Pagan
Lilian Lawall Guedes
Luiz Antônio Bueno
Marcos Antônio Mendes
Maria Luisa Prando dos Santos Martins
Natália Magnani Salomão
Nivia Silva Pedrosa Franceschi
Suely Suzuki

Atualmente, a equipe de correições é composta por **profissionais especializados** responsáveis por elaborar a Ata Correicional, dedicando-se de maneira detalhada aos **dados estatísticos e mantendo uma abordagem atenta à realidade da Unidade.**



Vara do Trabalho de Orlândia

PJeCOR



0000541-35.2021.2.00.0515

9 de Setembro de 2024



Juiz Titular RODRIGO PENHA MACHADO
Juiz Substituto em auxílio fixo RODRIGO DE MATTOS TAKAYASSU



A designação de Juiz Substituto em auxílio fixo também é compartilhada com a Vara do Trabalho de Matão.

A Equipe da Vara do Trabalho



#ParaTodosVerem: foto com a equipe da Vara do Trabalho de Orlândia: À esquerda, em pé: Gertrudes; sentados: Ana Lúcia, Paulo, Maria Tereza, Otacir e Dr. Rodrigo Penha Machado (juiz titular). À direita, sentados: Victor, Reinaldo, Vanessa, Andreza; em pé: Daniela, Angélica e Aldimar. Não estão na foto: Rodrigo, Vanessa e o Dr. Rodrigo de Mattos Takayassu (juiz auxiliar).

Lotação atual da Unidade:	9 servidores
Lotação prevista no anexo da Portaria GP nº 77/2019:	9 servidores
⚠️ “DELTA” da Vara:	DE ACORDO
Lotação atual de Oficiais de Justiça	2 oficiais
Lotação prevista no anexo da Portaria GP nº 77/2019	2 oficiais
⚠️ “DELTA” dos Oficiais de Justiça:	DE ACORDO



Vara do Trabalho de Orlândia

- O servidor Rodrigo Rodrigues Politi é assistente do Juiz Titular (RODRIGO PENHA MACHADO), e atua em teletrabalho (PROAD 17568/2018). A servidora Vanessa Rodrigues dos Santos Vieira é assistente do Juiz Substituto em auxílio fixo (RODRIGO DE MATTOS TAKAYASSU), e atua em teletrabalho, em regularização.
- As oficiais de justiça Angélica Zanon Silva Martins e Daniela Bolognesi Bombig Barbosa atuam na Unidade.
- Há uma estagiária na Unidade: Carolina Vital Cunha, do Centro de Integração Empresa Escola.



A Unidade aderiu ao Projeto Especializa & Equaliza passando a fazer parte da Secretaria Conjunta de Sertãozinho, Orlândia, Batatais e Segunda de Franca a partir de 1/8/2024.

VALE LEMBRAR

- Os modelos de trabalho presencial e teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, deverão observar os termos do Ato Regulamentar nº 10/2018, com alteração da Resolução Administrativa nº 3/2023.



Vara do Trabalho de Orlândia



Jurisdicção: Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia e Sales Oliveira
Lei de criação nº: 10.770/2003
Data de instalação: 27/10/2005

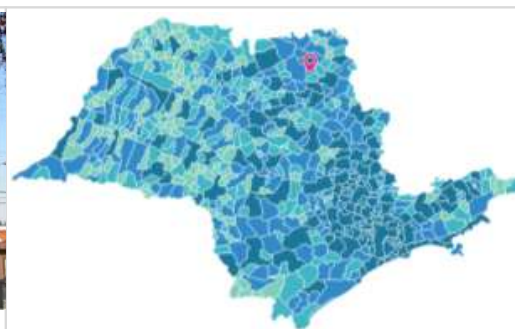
Informações da localidade:

Localizado no estado de São Paulo, na região Metropolitana de Ribeirão Preto, Orlândia é um município cuja população, de acordo com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e conforme o último censo, de 2022, totaliza 38.319 pessoas.



Fonte: Novacidade.com, 2024

#ParaTodosVerem: foto da cidade



Fonte: IBGE, 2024

#ParaTodosVerem: imagem do mapa do Estado de São Paulo, com destaque para o município de Orlândia.

Faixa de Movimentação Processual [1.001 a 1.500 processos]

Processos distribuídos nos últimos anos



A faixa de movimentação processual é calculada com base na média dos processos distribuídos nos três anos anteriores.

Em 2024, até o mês de julho, foram distribuídos 1.101 processos.



Missão do Tribunal Regional da 15ª Região: realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

Fonte: Plano Estratégico Institucional (PEI) 2021-2026

**“CON” + “REGERE” = CORREIÇÃO
= REGÊNCIA EM DUPLA.**



#ParaTodosVerem: foto de mãos unidas.



#ParaTodosVerem: foto de peças de quebra cabeça sendo juntadas.

A origem da palavra "Correição" remonta ao latim, derivada de "*regere*", que significa "deixar como deve ser", combinado com o prefixo "com", que denota "junto de". Nesse contexto, o propósito da correição não se limita apenas à correção de erros, mas, de maneira conjunta, visa alinhar procedimentos para aprimorar o atendimento ao jurisdicionado.



CANAL DE COMUNICAÇÃO



#ParaTodosVerem:
desenho de três pessoas
de mãos dadas sobre três
peças unidas de
quebra-cabeça, uma das
pessoas com a mão
estendida para uma
quarta de pé sobre outra
peça, separada das
demais.

A Corregedoria Regional reconhece que os **dados estatísticos**, por si só, não são suficientes para determinar o desempenho de uma Unidade. É imprescindível uma **análise conjunta dos dados coletados e das circunstâncias específicas** em que a Unidade judiciária opera. Essa abordagem permite extrair **parâmetros relevantes para a gestão e aprimoramento** da prestação jurisdicional local. O ponto de partida para esse processo é a consideração da **experiência singular da Unidade e de sua equipe**.



A Corregedoria preserva um canal de comunicação com a primeira instância e **mantém contato com a Unidade** para conhecer as ocorrências relevantes desde a última autoinspeção para aprimoramento dos dados para a correição anual.



2. DIAGNÓSTICO



- Consultas realizadas no período de 13 a 30/8/2024.
- ◆ Relatório Correicional anterior com dados de 9/2022 a 4/2023.
- ◆ Relatório Correicional atual com dados de 6/2023 a 7/2024.



Consulte o **Anexo II - Glossário** para obter mais informações sobre os termos e relatórios utilizados e o **Anexo III - Normas institucionais** para o inteiro teor dos normativos.

Após análise dos **dados apresentados no Anexo I - Relatório Correicional**, foram feitas as seguintes constatações:

Macrovisão

✓	Elevação da quantidade de audiências no último ano.
✓	O número de audiências telepresenciais realizadas é compatível com o número de processos com adesão ao “Juízo 100% Digital”.
✓	Redução de prazos até as datas mais distantes para a realização de audiências iniciais (rito sumaríssimo) na Sala 1 - Principal e de audiências iniciais (ambos os ritos) na Sala 2 - Auxiliar, em comparação com o informado por ocasião da Autoinspeção.
⚠	Avaliar o redimensionamento da pauta, visto que houve elevação do prazo para as audiências de instrução, desde a última autoinspeção, e pela ligeira elevação do acervo de processos aguardando o encerramento da instrução.
⚠	Necessidade de gerir a pauta de audiências, com foco na redução do lapso temporal dos prazos para realização de audiências de ações de procedimento sumaríssimo.
⚠	Necessidade de conduzir a gestão para redução dos processos com o chip “Audiência - não designada”, no que couber.
⚠	Priorizar a inclusão em pauta de processos atualmente localizados na tarefa “Triagem Inicial” do sistema PJe.



Vara do Trabalho de Orlândia

	Necessidade da integral adequação dos procedimentos a não estipulação de prazo para juntada de contestação sem realização de audiência, com imediata suspensão de aplicação do artigo 335 do CPC. Inclusive, em processos em que ente público figure em litisconsórcio passivo.
	Aumento na solução dos processos por conciliação em relação ao período correicional anterior e envio de grande quantidade de processos ao longo do período correicional, para inclusão em pauta de audiências no CEJUSC.
	Avaliar a viabilidade de encaminhamento de um maior número de processos da fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, com potencial conciliatório, para o CEJUSC.
	Houve aumento na Taxa de Conciliação Líquida em relação ao período correicional anterior.
	Aumento na solução dos processos da fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, por conciliação em relação ao período correicional anterior.
	Necessidade de gerir os acervos de processos aguardando o encerramento da instrução, com foco na sua redução.
	A redução do prazo médio e da idade média da distribuição até a realização da 1ª audiência e da distribuição ao encerramento da instrução, são indicativos de adequada gestão.
	Aumento na quantidade de processos baixados, reduzindo os pendentes de baixa e a taxa de congestionamento na fase de conhecimento, em relação ao período anterior.
	Necessidade de que o procedimento de controle de perícias restrinja a comunicação entre partes e peritos por meio, exclusivamente, do processo no sistema PJe, onde também serão informados locais e datas da perícia.
	Necessidade de regularizar os dados cadastrais das partes no sistema PJe.



Vara do Trabalho de Orlândia

	Redução do número de processos pendentes de finalização na etapa de execução forçada e elevação das execuções encerradas, comparados ao período correicional anterior.
	Elevação do número de execuções pendentes de extinção e redução de processos baixados na etapa de execução forçada, comparados ao período correicional anterior.
	Apesar da redução no prazo médio da fase de cumprimento de sentença, o aumento na idade média dos processos sugere uma oportunidade de manter o foco no encerramento daqueles com maior tempo de tramitação.
	Foco em processos mais antigos da etapa de execução forçada, em virtude da extinção da execução de processos constantes da lista de processos com maiores tempos de tramitação.
	Necessidade de que a suspensão da etapa de liquidação e da etapa de execução forçada ocorra com o encaminhamento dos autos para "Aguardando Final do Sobrestamento" e não por arquivamento provisório.
	Necessidade de condução da gestão para elevar a quantidade de processos baixados na etapa de execução forçada, ensejando a redução da taxa de congestionamento na fase.
	Redução na quantidade de processos pendentes de baixa na etapa de execução forçada, em relação ao período anterior.
	Necessidade de indicação da quantidade e natureza do deslocamento na certidão de devolução do mandado, para fins de apuração das obrigações de pagar pela Unidade
	Necessidade de registrar as obrigações de pagar das custas das diligências realizadas e apontadas na certidão do oficial de justiça.
	Necessidade de gerir os processos nas tarefas, com utilização adequada da ferramenta GIGS.
	Necessidade de conduzir a gestão para redução do intervalo de tempo para a utilização da ferramenta de bloqueio SISBAJUD.



Vara do Trabalho de Orlândia

	Necessidade de conduzir a gestão para redução do intervalo de tempo para análise dos mandados devolvidos, diante da data apurada como mais antiga.
	Necessidade de reformular o prazo parametrizado pela Ordem de Serviço local, que não poderá exceder 30 (trinta) dias, em processos da fase de execução, especialmente no cumprimento de mandados.
	Necessidade de gerir as diligências pendentes de cumprimento com o prazo vencido.
	Necessidade de corrigir a utilização e otimizar o gerenciamento do Sistema GPrec, procedendo-se aos desdobramentos necessários para o efetivo pagamento.
	Necessidade de melhor gerir o prazo para análise dos processos com comprovantes de pagamentos juntados.
	Necessidade de planejamento de novas medidas visando ao cumprimento da Meta 1 [CNJ 2023] - Julgar mais processos que os distribuídos.
	Meta 2 e Meta 5 do CNJ foram cumpridas.





A primeira análise para obter um diagnóstico da Unidade é feita por meio do **Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho - IGEST**.



#ParaTodosVerem: infográfico com os resultados dos cinco mesoindicadores do IGEST da Unidade.



O infográfico traz o resultado do IGEST ao centro e os mesoindicadores que o compõem ao redor (Acervo, Força de Trabalho, Celeridade, Congestionamento e Produtividade).



O resultado IGEST da Unidade teve variação desfavorável impactado pelos mesoindicadores Produtividade (elevação nas taxas de conciliação, solução e execuções encerradas) e Força de Trabalho.

VALE LEMBRAR

- O encaminhamento dos autos à conclusão, tão logo decorra o prazo para razões finais, contribui para a celeridade processual.
- Contribuem para a redução do congestionamento na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada:
 - ➔ remessa de recursos ao E. TRT;
 - ➔ redistribuição;
 - ➔ arquivamento definitivo.
- Sempre que detectadas, a Unidade promoverá a correção de inconsistências dos registros processuais, a fim de garantir a autenticidade das informações estatísticas disponibilizadas no sistema e-Gestão.

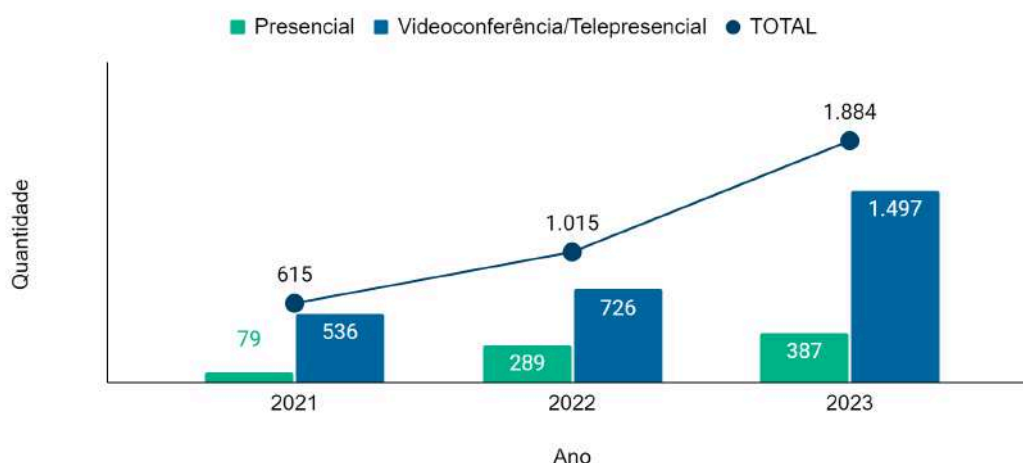


3. AUDIÊNCIAS E PRODUTIVIDADE

3.1. AUDIÊNCIAS

3.1.1. Audiências Realizadas por Modalidade

Fonte: relatório do SAOPJe “Audiências 1º Grau”



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências realizadas por modalidade (presencial ou telepresencial/videoconferência) e, em linha, com o total realizado, no período de 2021 a 2023.



O gráfico reflete a relação do número de audiências realizadas na modalidade presencial com aquelas realizadas por videoconferência/telepresencial nos últimos três anos.



Todos os processos autuados com a opção 100% Digital são designados como audiências telepresenciais. Todos os processos autuados sem a opção 100% Digital são designados como audiências “presenciais”. Isso no sistema, pois no despacho é dado às partes a escolha de participação, presencial ou telepresencial, acontecendo de ser realizada audiência híbrida. Temos a estrutura na sala de audiências para realizar audiências presenciais, telepresenciais e híbridas.



Atualmente, estão em andamento 1.657 processos sob o regime do "Juízo 100% Digital", dos quais 1.328 estão na fase de conhecimento.



Vara do Trabalho de Orlândia



No processo 0011269-07.2024.5.15.0146 não consta atribuição do regime do “Juízo 100% Digital”, mas foi designada audiência inicial por videoconferência.

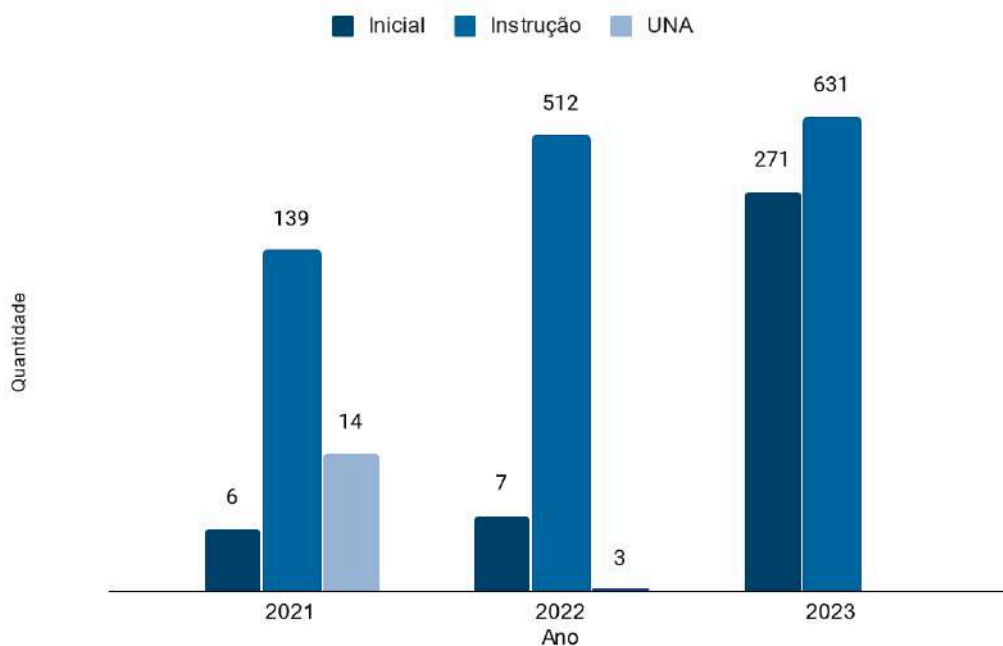
3.1.2. Audiências

Fonte: relatório do SAOPJe “Audiências 1º Grau”.



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências realizadas e canceladas, no período de 2021 a 2023.

Cancelamento por tipo de audiência



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências canceladas por tipo, no período de 2021 a 2023.





O termo "cancelamento" é empregado para identificar as audiências possivelmente retiradas da pauta por realocações simples, devoluções de notificações ou solicitações das partes, assim como para aquelas redesignações que buscam antecipar a audiência, mesmo mantendo a mesma data.



A quantidade de audiências canceladas em 2023 superou as quantidades dos últimos dois anos, com consequente retrabalho para a Secretaria.



No tocante ao número de audiências canceladas, que, "isso é um problema do sistema PJe, pois todas as audiências redesignadas, são consideradas como canceladas e não como redesignadas. Em 2023 tivemos muita readequação de pauta, pois já tínhamos audiências designadas até o mês de junho e com a troca do Juiz Auxiliar, foram readequados dias e também as salas, bem como também as redesignações a pedido das partes; ou antecipações para ratificar acordo; etc."



Quando uma audiência é cancelada, ela está sendo redesignada para as seguintes datas:

- Iniciais do rito sumaríssimo: 30/10/2024;
- Iniciais do rito ordinário: 30/10/2024;
- Unas do rito sumaríssimo: 17/03/2025;
- Unas do rito ordinário: 27/03/2025;
- Instruções do rito sumaríssimo: 17/03/2025
- Instruções do rito ordinário: 27/03/2025.

VALE LEMBRAR

- O cancelamento de audiências demanda a reestruturação da agenda, resultando em uma revisão suplementar e acarretando em investimento adicional de recursos humanos.



3.1.3. Pauta

Fonte: painel sistema PJe

Pesquisa realizada em 30/8/2024 por amostragem, referente à semana de 4 a 8/11/2024.

	Sala 1		Sala 2		TOTAL da UNIDADE
	Presencial	Tele-presencial	Presencial	Tele-presencial	
Inicial (Ord/Sum)	-	14	-	11	25
UNA (Ord/Sum)	-	-	-	-	-
INS (Ord/Sum)	-	16	1	15	32
Conciliação (CON)	-	-	-	-	-
Conciliação (LIQ/EXE)	-	-	-	-	-
TOTAL	30		27		

SALA	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
1 - PRINCIPAL	-	-	✓	✓	-
2 - AUXILIAR	✓	✓	-	-	✓

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de audiências designadas por sala (1 - principal e 2 - auxiliar), por modalidade (presencial ou telepresencial/videoconferência), por rito e por dia da semana.

✓	Na Sala 1 - Principal estão designadas 30 audiências e, na sala 2 - Auxiliar, 27.
---	---



Pautas extras são às sextas-feiras.



3.1.4. Datas e Prazos para Realização de Audiências (pauta futura)

Fonte: painel do sistema PJe (pesquisa realizada em 16/8/2024)

TIPO	Informação da Autoinspeção (dias corridos)	Prazo até realização da audiência Pesquisa atual (dias corridos)	Designação com regularidade até Pesquisa atual (Data mais distante)
	SALA 1 - PRINCIPAL		
INICIAIS/Sum	41	27	12/9/2024
INICIAIS/Ord	62	68	23/10/2024
UNAS/Sum	-	-	-
UNAS/Ord	-	-	-
INSTRUÇÕES/Sum	132	209	13/3/2025
INSTRUÇÕES/Ord	207	216	20/3/2025
CONCILIAÇÃO	12	5	21/8/2024

TIPO	Informação da Autoinspeção (dias corridos)	Prazo até realização da audiência Pesquisa atual (dias corridos)	Designação com regularidade até Pesquisa atual (Data mais distante)
	SALA 2 - AUXILIAR		
INICIAIS/Sum	67	54	9/10/2024
INICIAIS/Ord	67	60	15/10/2024
UNAS/Sum	-	-	-
UNAS/Ord	-	-	-
INSTRUÇÕES/Sum	145	214	18/3/2025
INSTRUÇÕES/Ord	153	220	24/3/2025
CONCILIAÇÃO	11	46	1º/10/2024

#ParaTodosVerem: tabelas comparativas entre a informação da autoinspeção e a pesquisa atual, contendo as quantidades, datas e prazos para realização de audiências (pauta futura), divididas por sala (juiz titular e juiz auxiliar) e por rito processual.





A Unidade prioriza os processos do rito sumaríssimo na designação de audiências, inclusive, encaminhando para o CEJUSC.



Nota-se um elasticimento do prazo para a realização de audiências de instrução, independentemente do rito, a partir do período da realização da autoinspeção.



Considerar uma maior priorização do rito sumaríssimo na designação de audiências de instrução, já que elas possuem prazo similar àquelas do rito ordinário.

3.1.4.1. Idade Média dos Processos - Da Distribuição até a Prolação da Sentença

Fonte: Sistema e-SInCor

IDADE MÉDIA DOS PROCESSOS Da Distribuição até a Prolação da Sentença	
RITO	VALOR EM DIAS
Rito Sumaríssimo	116,93
Exceto Rito Sumaríssimo	155,64

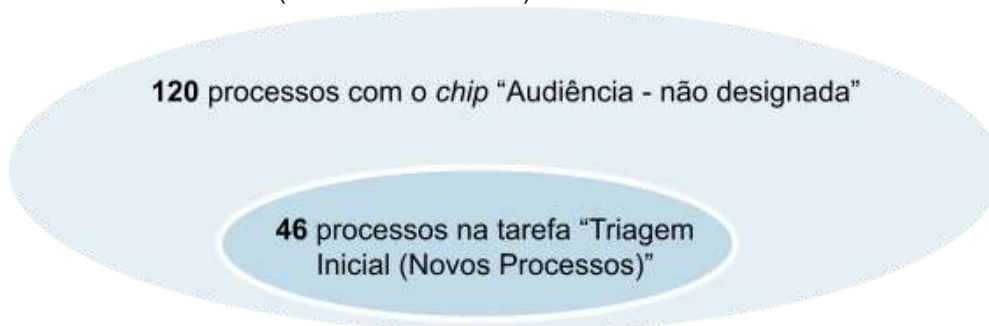
#ParaTodosVerem: tabela contendo a idade média dos processos, informando a duração, em dias, da distribuição até a prolação da sentença, por rito processual.



Na tabela acima, a idade média do acervo de processos distribuídos até a prolação de sentença, por rito, na Unidade.

3.1.5. Processos Pendentes de Inclusão em Pauta

Fonte: Painel do sistema PJe (consulta em 16/8/2024)



#ParaTodosVerem: gráfico em elipse contendo as quantidades de processos pendentes de inclusão em pauta.





Acima, o infográfico de quantos processos estão pendentes de designação de audiência e, dentre eles, quantos são novos.



Os processos nos quais são partes a União, o Estado, os Municípios e as autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público não são incluídos em pautas de audiências. A perícia é designada no mesmo despacho inicial, que concede prazo para apresentação de contestação, réplica, manifestação sobre o laudo e, não havendo requerimento para dilação probatória, resta encerrada a instrução processual, indo os autos conclusos para julgamento.

Também foi informado que o percentual estimado de processos com ente público corresponde a aproximadamente 2,5%.



Dentre os processos com o *chip* “Audiência não designada”, há alguns em que figuram entes públicos, para os quais é dispensada a designação de audiência em virtude dos normativos vigentes, como 0011180-81.2024.5.15.0146 e 0011265-67.2024.5.15.0146.



O processo 0011181-66.2024.5.15.0146 é o mais antigo na “Triagem Inicial” e data de 2/8/2024.

VALE LEMBRAR

- Priorizar a inclusão dos processos da tarefa “Triagem Inicial” na pauta de audiências, a fim de se evitar um grande lapso temporal entre o recebimento da ação e a designação da sessão.
- A inclusão de processos pendentes de audiência de instrução, no mesmo ato em que deferirem a produção da prova técnica, independentemente de sua finalização, evita que haja processos sem data de audiência.
- A inclusão de processos pendentes de audiência deve ser planejada de forma a, minimamente, preservar os prazos de audiência identificados.

3.1.6. Agenda do Magistrado

Fonte: Agenda institucional dos Magistrados (consulta em 19/8/2024)



[Clique aqui para a agenda do Juiz Titular](#)

[Clique aqui para a agenda do Juiz Substituto em auxílio fixo](#)



Vara do Trabalho de Orlândia

	O Juiz Titular informou trabalho presencial em três dias da semana durante o ano de 2024.
	O Juiz Substituto em auxílio fixo não informou trabalho presencial no mês de 9/2024, até a presente consulta realizada em 19/8/2024, nada obstante seu período de férias de 24/8 a 12/9/2024.
	As informações referentes à escala de comparecimento à unidade jurisdicional a que estão vinculados deverão ser prestadas mensalmente, até o dia 20 de cada mês, relativamente ao mês subsequente, conforme dispõe o normativo regional.

3.1.7. Outras Observações

Fonte: Processos consultados por amostragem no sistema PJe

	Indicação na ata da forma de participação		Agenda com vagas disponíveis no SISDOV
	Na ata de audiência do processo 0010814-42.2024.5.15.0146 constou a forma de participação das partes e magistrado.		Existe agenda com disponibilidade para agendamento pelo Juízo Deprecante no município de Orlândia.

	Concessão de prazo para juntada de contestação sem realização de audiência
	Foram localizados processos com prazo para juntada de contestação sem realização de audiência, a exemplo do processo 0011002-35.2024.5.15.0146, com despacho proferido em 24/7/2024.



Utilizam o *link* único permanente na plataforma Zoom, para realização de audiências virtuais, desde fevereiro/2022.
Configuraram a sala de espera de acordo com o manual disponibilizado no anexo do normativo, incluindo o vídeo institucional com orientações para partes e advogados que ali ingressarem.
O secretário de audiências registra adequadamente o andamento de cada sessão no sistema AUD4 a fim de que o *status* informado no aplicativo JTe demonstre a situação da audiência em tempo real.





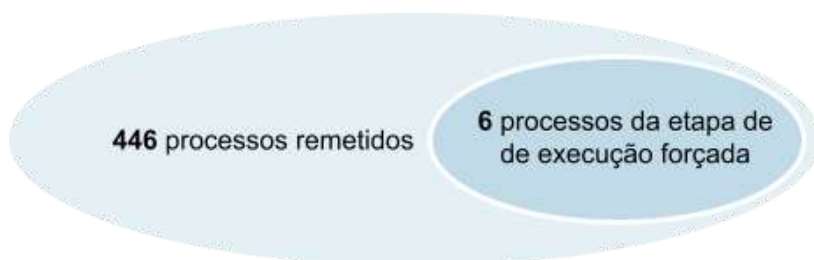
Consulta por amostragem na pauta do dia 26/9/2024, nos processos 0011105-42.2024.5.15.0146 e 0011169-52.2024.5.15.0146, cujas audiências foram designadas em 5/8/2024, corroboram a informação do uso do *link* único.

VALE LEMBRAR

- A padronização dos procedimentos nas audiências telepresenciais visa garantir a segurança e eficiência dos atos processuais realizados de forma digital ou eletrônica, bem como assegurar a qualidade do atendimento e serviços prestados ao jurisdicionado e à sociedade.
- Conceitos da norma:
 - I – videoconferência: comunicação a distância realizada em ambientes de unidades judiciárias; e
 - II – telepresenciais: as audiências e sessões realizadas a partir de ambiente físico externo às unidades judiciárias.E, a participação por videoconferência, via rede mundial de computadores, ocorrerá:
 - I – em unidade judiciária diversa da sede do juízo que preside a audiência ou sessão, na forma da Resolução CNJ no 341/2020.

3.1.8. Audiências no CEJUSC-JT (Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas)

Fonte: sistema e-SInCor, itens 90430, 90434 e 90438 do e-Gestão - CEJUSC-JT de Franca



#ParaTodosVerem: gráfico em elipse contendo as quantidades de processos remetidos ao CEJUSC.



O infográfico mostra o encaminhamento de processos para o CEJUSC para as pautas de mediação ou de iniciais.

Além das pautas ordinárias, o CEJUSC é mobilizado para as semanas temáticas promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e Tribunal Superior do Trabalho (TST).





Fase de conhecimento: Seguimos as orientações da Ordem de Serviço – Cejusc Franca n. 01/2023, § 1º, do artigo 4º, e seus incisos: Processos que demandem oitivas prévias das partes antes das homologações de ACORDOS EXTRAJUDICIAIS; Processos em que o Reclamado seja pessoa física; Processos em que o Reclamado seja empresa individual ou de pequeno porte; Processos em que haja debates trabalhistas quanto a contratos de trabalho de curto período, assim entendidos os contratos de até um ano de duração; Processos em que haja unicamente pedidos de verbas rescisórias; Processos de consignação em pagamento, com o polo passivo já regularizado (art. 1º da Lei no 6.858/80); Processo com valor da causa baixo (rito sumaríssimo); Processos em que haja solicitação de audiência de conciliação por ambas ou qualquer das partes.

Fase Liquidação/Execução: Processos em que haja solicitação de audiência de conciliação por ambas ou qualquer das partes. Processos que se verifique algum potencial conciliatório.



Constata-se o envio de grande quantidade de processos ao longo do período correicional, na fase de conhecimento, para inclusão em pauta de audiências no CEJUSC.



Envio discreto de processos da fase de cumprimento de sentença

VALE LEMBRAR

- A inclusão de processos com potencial conciliatório em pautas de tentativa de conciliação e mediação e o incentivo à capacitação e atuação de servidores na Unidade ou no CEJUSC podem contribuir para o êxito na composição e, consequentemente, para a elevação dos indicadores de desempenho.
- O encaminhamento de processos (já liquidados e não pagos voluntariamente após a citação) para pautas ordinárias de audiências de tentativa de conciliação, especialmente durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista, contribui para a celeridade processual.

3.2. PRODUTIVIDADE

3.2.1. Acordos no Conhecimento

Fonte: e-SinCor, relatório painel do conhecimento - acordos

35% → 39%
Taxa de Conciliação Líquida

Proporção entre acordos homologados e processos solucionados, excluídas as desistências e arquivamentos.



Vara do Trabalho de Orlândia



O aumento proporcional da quantidade de acordos homologados em relação ao total de soluções resultou na elevação da Taxa de Conciliação Líquida em relação ao período correicional anterior.

Quantidade de Acordos na fase de conhecimento

Fonte: Sistema e-SInCor, relatório painel do conhecimento - acordos

Período Correicional	9/2022 a 4/2023	6/2023 a 7/2024
Acordos Realizados	392	790
Média Mensal de Conciliação	49	56,4



Elevação na média mensal de acordos homologados na fase de conhecimento em relação ao período anterior

VALE LEMBRAR

- Processo com homologação de acordo na fase de conhecimento, com solução para todas as partes, ou após sentença, antes do trânsito em julgado, será encaminhado à etapa de liquidação.
 - seguir-se-á a movimentação no sistema PJe para “controle de acordos”, automatizada para o movimento “15238 - Suspensão do processo por homologação de acordo ou transação”.
 - não haverá decisão homologatória de acordo ou de cálculos para fins estatísticos, porquanto já ocorreu na fase de conhecimento.
 - satisfeito o acordo, ocorrerá a extinção da fase de cumprimento de sentença.
- Na hipótese de acordo parcial quanto às partes - sem exclusão de partes remanescentes, em que reste discussão de subsidiariedade/solidariedade (caso de descumprimento do acordo), registrar-se-á:
 - movimento 50094 - Julgado antecipadamente parte do mérito ("classe processual") de "nome da parte" com "resultado do julgamento", e o valor para o complemento "resultado do julgamento" 7707 - homologação da transação, com suspensão do processo:
 - movimento “11013 - Suspensão do processo por convenção das partes”.



3.2.2. Acordos em Execução

Quantidade de Acordos na fase de Cumprimento de Sentença - Etapa da Execução Forçada

Fonte: Sistema e-SInCor, item 90.378 do e-Gestão

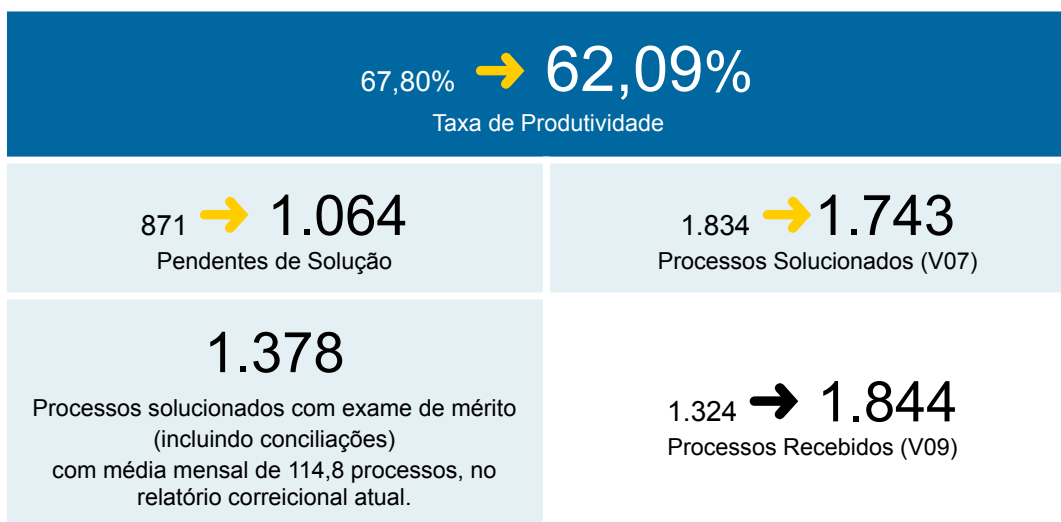
Período Correicional	9/2022 a 4/2023	6/2023 a 7/2024
Acordos Realizados	26	84
Média Mensal de Conciliação	3,25	6



Constata-se ampliação na média mensal de acordos homologados na fase de execução - etapa de execução forçada, em relação ao período anterior.

3.2.3. Processos Solucionados

Fonte: relatório correicional, itens 10.1 e 13 e IGEST - TST.



A variação não favorável da taxa de produtividade foi resultado da redução de processos solucionados, que causou a elevação de pendentes de solução.



Expressiva elevação de 1.324 para 1.844 processos recebidos.



VALE LEMBRAR

- A boa gestão para a solução de processos, frente à elevação da demanda deve contribuir para reduzir os processos Pendentes de Solução (aguardam julgamento) o que contribui para a Taxa de Produtividade.

3.2.4. Sentenças Líquidas Proferidas

Fonte: e-SInCor, relatório painel e-Gestão - item 90.055



Foram proferidas 18 sentenças líquidas no último período correicional.



Juiz Titular: não profere sentença líquida. Dificuldade: volume de trabalho, metas a serem cumpridas, atribuições diversas que não apenas minuta de sentenças; atribuições exercidas sem auxílio; processos com dezenas de pedidos e complexidade moderada/alta; atribuição de assistir às audiências e reduzir a termo os depoimentos. Juiz Auxiliar: como regra não profere sentença líquida. Dificuldade: conseguir realizar a liquidação com qualidade e celeridade tendo ainda as demais atribuições da vara e buscando observar o prazo de prolação de sentenças.

VALE LEMBRAR

- O incremento de solução de processos por sentença líquida, contribui para abreviar o trâmite processual, porque a execução forçada, se o caso, iniciar-se-á diretamente, sem passar pela etapa de liquidação.

3.2.5 Incidentes Processuais Pendentes

Fonte: Relatório correicional, item 7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução

	Novos	Resolvidos	Pendentes
Incidentes na liquidação / execução	107	118	4

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de incidentes processuais pendentes.



Na tabela acima, a produtividade dos magistrados na solução de incidentes processuais, bem como a quantidade de pendentes de solução.



VALE LEMBRAR

- A resolução dos incidentes processuais, observando a sua antiguidade, contribui para a celeridade no trâmite processual na fase de cumprimento de sentença.
- Conforme o caso, o saneamento das pendências nos registros estatísticos dos incidentes deve ser frequente, a fim de computar a efetiva produtividade dos magistrados.



4. FASE DE CONHECIMENTO

4.1. Acervo, Idade Média e Prazo Médio

4.1.1. Acervo de Pendentes

Fonte: Relatório Correicional, itens 4.1, 5.1, 6.1 e 14 e relatório e-SInCor, variável 90.393 (processos conclusos com prazo vencido)

2.667 → 2.262 Pendentes de Finalização na fase de conhecimento	
466 → 449 Processos Aguardando a 1ª Audiência	270 → 513 Processos Aguardando Encerramento da Instrução
77 → 57 Idade Média da distribuição até a realização da 1ª audiência (em dias)	149 → 138 Idade Média da distribuição ao encerramento da instrução (em dias)
209 → 93 Prazo Médio da distribuição até a realização da 1ª audiência (em dias)	297 → 190 Prazo Médio da distribuição ao encerramento da instrução (em dias)
11 → 1 Pendentes de Julgamento Conclusos Com Prazo Vencido (90.393)	



O quadro demonstra o resultado da gestão de processos nas etapas da fase de conhecimento, desde o ajuizamento da ação até a prolação da sentença.



Redução dos processos pendentes de finalização no presente período correicional em relação ao anterior.



A despeito da elevação dos processos que aguardam o encerramento da instrução, houve redução da idade média e do prazo médio deste acervo, demonstrando a priorização dos processos mais antigos da fase.



Vara do Trabalho de Orlândia



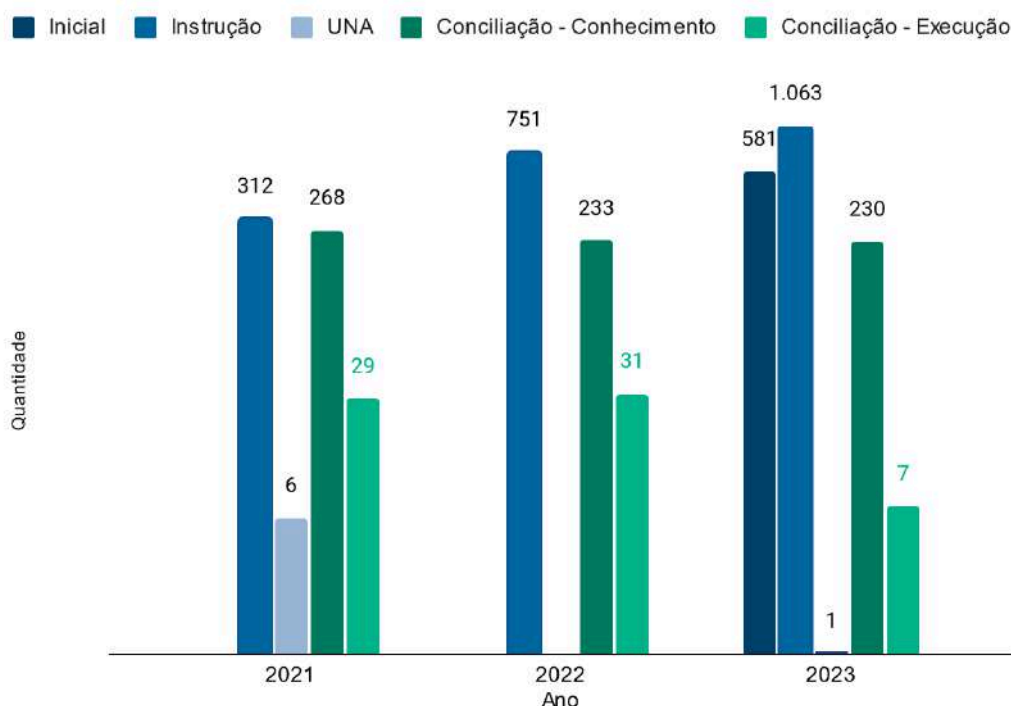
Redução na quantidade de processos conclusos para julgamento com prazo vencido.

VALE LEMBRAR

- A boa gestão das etapas da fase de conhecimento engloba, ao fim, a solução de processos, que necessita planejamento para minimizar os processos pendentes de julgamento, sobretudo, os julgamentos conclusos com o prazo vencido.

4.1.2. Audiências por Tipo

Fonte: SAOPJe



#ParaTodosVerem: gráfico em barras com as quantidades de audiências por tipo.

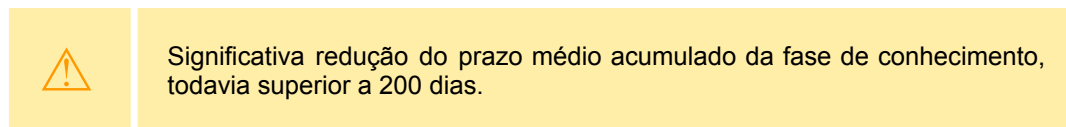
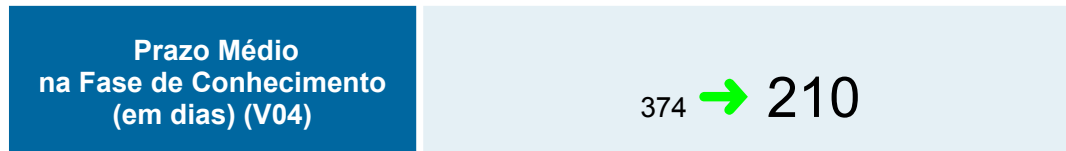


Por meio do gráfico é possível visualizar como a Unidade gerenciou a realização de audiências por tipo, segundo os acervos de processos aguardando a primeira audiência e aguardando o encerramento da instrução.



4.1.3. Prazo Médio no Conhecimento

Fonte: IGEST - TST.

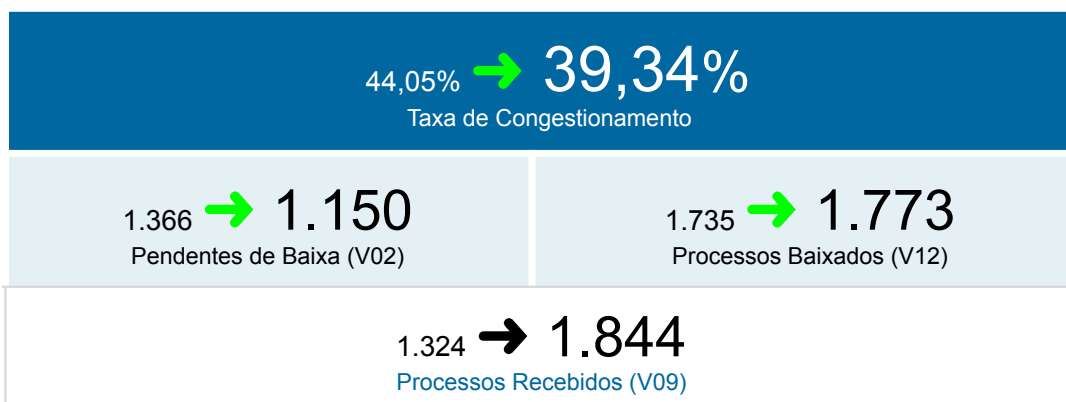


VALE LEMBRAR

- A redução da antiguidade dos processos de acervo, ainda que reflita, à primeira vista, a elevação do prazo médio, possibilita a paulatina redução desse prazo e da idade média dos processos ao longo da gestão.

4.2. Congestionamento no Conhecimento

Fonte: Relatório correicional, item 4.1 e IGEST - TST.



A taxa de congestionamento representa o volume de trabalho residual para tramitação na fase de conhecimento, em relação ao que foi recebido e realizado de tramitações de remessa para processamento de recurso, início da fase de cumprimento de sentença - etapa de liquidação ou da etapa de execução forçada ou arquivamento definitivo.



Redução dos processos pendentes de baixa e aumento dos processos baixados, resultando numa queda do congestionamento na fase em relação ao período anterior.



VALE LEMBRAR

- A remessa de processos para a fase de cumprimento de sentença - etapa de liquidação contribui para a redução da taxa de congestionamento na fase de conhecimento.
- A evolução dos indicadores do conhecimento ocorre com a baixa dos processos com o registro adequado dos movimentos processuais, quais sejam: remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; remetidos para as instâncias superiores; arquivados definitivamente; em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução.

4.3. Análise de Processos (Autoinspeção e Cumprimento de Normativos)

→ Processos localizados por amostragem.

	Constata-se a manifestação explícita de preenchimento dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade dos recursos ordinário e agravo de petição dos processos 0011317-97.2023.5.15.0146 e 0011254-48.2018.5.15.0146, respectivamente.
	A otimização de procedimentos no controle de perícias foi observada, visto que presente a delimitação de prazos subsequentes para partes e perito no processo 0010228-05.2024.5.15.0146.
	A comunicação e envio de peças processuais, como laudo, impugnações e pedidos de esclarecimentos, entre partes e perito não ocorreu exclusivamente dentro dos autos, no processo 0010566-76.2024.5.15.0146, haja vista ter constado que ela se dará por meio dos endereços eletrônicos informados pelos patronos.
	No processo 0010680-15.2024.5.15.0146, não foi observada a indicação exata do local da perícia, bem como do objeto a ser periciado.
	Constata-se a ausência do CPF do reclamado no cadastro do sistema PJe no processo 0010309-51.2024.5.15.0146, apesar de constar dos autos o número do referido documento.





Não há indicação do local da perícia e do objeto a ser periciado pelo Juízo. O(a) perito(a) nomeado(a) informa diretamente às partes, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data e local designados para a realização da perícia, através de e-mail, carta registrada, telegrama ou outro meio probatório escrito, juntando cópia nos autos.

VALE LEMBRAR:

➤ O acesso do Juízo à agenda do perito para fixar a data da perícia no próprio ato de sua designação contribui para a otimização da colheita da prova técnica. Na hipótese de falta do acesso à agenda, a comunicação da data da perícia pelo perito dar-se-á exclusivamente no próprio processo no sistema PJe.

➤ No curso da colheita da prova técnica, todas as comunicações necessárias entre as partes e o perito devem ser praticadas pela Vara do Trabalho. Assim, as partes devem peticionar nos autos, requerendo ao juízo a comunicação de quaisquer informações ou solicitações ao perito, que também deve peticionar nos autos eletrônicos para solicitar ou responder às comunicações das partes.

Destaca-se, ainda, que todos os documentos pertinentes à prova devem ser anexados diretamente no sistema PJe, não devendo haver comunicação e envio de peças processuais, como laudo, impugnações e pedidos de esclarecimentos, fora dos autos.



5. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

5.1. Acervo e Prazo Médio na Etapa de Liquidação

Fonte: relatório correicional, item 4.2 e e-Gestão

357 → 724
Pendentes de finalização

120,4 → 128,5
Prazo Médio na Liquidação (em dias) (90.417)

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de processos pendentes de finalização, e também com o prazo médio na etapa de liquidação.



O infográfico demonstra a quantidade de processos pendentes de finalização na etapa de liquidação, englobando aqueles que aguardam o cumprimento de acordo homologado, aqueles que aguardam a liquidação de sentença, bem como aqueles que, já liquidados, ainda não entraram na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada. Ademais, explicita o prazo médio de tramitação dos processos na etapa da liquidação.



A migração para a liquidação dos acordos homologados no conhecimento e a mudança da regra do cálculo do item do e-Gestão ocorrida em sua versão 3.0 podem contribuir para a elevação dos processos pendentes de finalização na etapa de liquidação.



Elevação acentuada dos processos pendentes de finalização, possivelmente, em razão da migração para a liquidação dos acordos homologados no conhecimento.



Ampliação do prazo médio acumulado da fase de liquidação em comparação ao ano anterior.



Há cinco processos arquivados provisoriamente na liquidação.



5.2. Acervo, Idade Média e Prazo Médio na Etapa de Execução Forçada

5.2.1. Acervo de Pendentes

Fonte: Relatório correicional, itens 4.3, e 6.3, e sistema e-Gestão

855 → 789

Pendentes de Finalização na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada

730 → 752

Pendentes de extinção

282 → 315

Execuções Encerradas (90.093)

375 → 298

Processos Baixados (90.381)

322 → 261

Execuções iniciadas (90.329)

1.196 → 1.382

Idade Média na Execução
(em dias)

923,8 → 746,1

Prazo Médio na Execução
(em dias) (90.275 e 90.277)



Acima, o resultado da gestão de processos na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, considerando as execuções iniciadas, encerradas e finalizadas na fase.



Redução do número de processos pendentes de finalização na fase e elevação das execuções encerradas, comparados ao período correicional anterior.



Elevação do número de execuções pendentes de extinção e redução de processos baixados, comparados ao período correicional anterior.



	Elevação da <u>idade média</u> dos processos da execução, enquanto o <u>prazo médio</u> desse acervo apresentou redução. A conjugação dos resultados indica que, aparentemente, o encerramento da execução não está necessariamente direcionado aos processos com maiores tempos de tramitação.
	Arquivamento dos processos 0259600-03.2005.5.15.0146, 0149000-07.2008.5.15.0146 e 0016500-79.2005.5.15.0146, que constavam da lista de processos com maiores tempos de tramitação do relatório correicional anterior.
	Dos cinco processos mais antigos da fase, dois são os mesmos da correição anterior, devendo ser mantido o acompanhamento acerca da manutenção ou não da condição processual que impede sua tramitação imediata.

VALE LEMBRAR

- Os processos suspensos/sobrestados por execução frustrada ou aqueles aguardando pagamento mediante certidão em processos que envolvem recuperação judicial/falência são contabilizados no acervo de processos pendentes de finalização na execução.
- A inclusão de processos da execução com potencial conciliatório em pautas ordinárias de tentativa de conciliação e mediação e o incentivo à capacitação e atuação de servidores na Unidade podem contribuir para o êxito na composição e, consequentemente, para a elevação dos indicadores de desempenho.
- O encaminhamento de processos ao CEJUSC para pautas de audiências de tentativa de conciliação, especialmente durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista, contribui para a celeridade processual.
- A gestão dos processos com maiores tempos de tramitação, submetendo-os à conclusão quando aptos, contribui para a prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

5.2.2. Arquivo Provisório na Execução

Fonte: Relatório correicional, item 4.4

68 → 12

Processos da execução no Arquivo Provisório





Houve redução de processos arquivados provisoriamente, no entanto, subsiste a necessidade de que a suspensão de execução ocorra por sobrestamento.

VALE LEMBRAR

- A utilização dos movimentos de suspensão, em vez de "arquivo provisório", para movimentação para o fluxo de "aguardando final do sobrestamento" em vez de "Arquivo provisório" beneficiam a gestão do acervo.

5.3. Congestionamento - Etapa de Execução Forçada

Fonte: Sistema e-Gestão.

65,78% → 69,24%
Taxa de Congestionamento

322 → 261

Execuções iniciadas (90.329)

375 → 298

Processos Baixados (90.381)

721 → 671

Pendentes de Baixa (90.383)



O congestionamento acima representa o volume de trabalho residual para tramitação na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, que relacionado às tramitações de remessa para processamento de recurso ou arquivamento definitivo determinam a taxa de congestionamento.



Redução na quantidade de processos baixados, resultando no aumento do congestionamento na fase, em relação ao período anterior.



O número de execuções baixadas foi superior ao número de execuções iniciadas.



Redução na quantidade de processos pendentes de baixa, em relação ao período anterior.



VALE LEMBRAR

➤ Contribuem para a redução da taxa de congestionamento na execução:

- ➔ remessa de recursos ao E. TRT;
- ➔ redistribuição;
- ➔ arquivamento definitivo.

5.4. Análise de Processos da Execução

Fonte: painel do sistema PJe

➔ Processos localizados por amostragem.

✓	Houve transmissão das ordens de liberação de valores do processo 0012212-68.2017.5.15.0146 por meio dos sistemas SIF/SISCONDJ.
✓	Observou-se os lançamentos das obrigações de pagar do processo 0010027-81.2022.5.15.0146 no sistema PJe, para alimentação do sistema Exe-PJe.
✓	Reunião de execuções trabalhistas dos processos 0010264-18.2022.5.15.0146 e 0012563-41.2017.5.15.0146 (piloto) para otimização dos procedimentos executórios.
✓	Determinação de sobrestamento, com encaminhamento dos autos para "Aguardando Final do Sobrestamento", no processo 0010133-43.2022.5.15.0146, pois foi reconhecida a execução frustrada.
✓	Suspensão da execução do processo 0012230-89.2017.5.15.0146, com encaminhamento para "Aguardando Final do Sobrestamento", após a expedição das certidões de habilitação de crédito.
⚠	Não consta da certidão do oficial de justiça o registro da quantidade e natureza do deslocamento das diligências realizadas no processo 0010861-84.2022.5.15.0146.
⚠	Constata-se da certidão do oficial de justiça o registro da quantidade e natureza do deslocamento das diligências realizadas no processo 0000217-05.2010.5.15.0146. No entanto, o valor apurado não foi incluído pela Unidade nas obrigações de pagar do processo.





Verifica-se ausência de cadastramento de nova atividade de GIGS "LIQ - sobrestamento - solução do processo principal acordo - conhecimento (com a data do vencimento) acordo - liquidação" no processo 0011165-83.2022.5.15.0146.



Verifica-se que, em consulta por amostragem, o processo 0010894-16.2018.5.15.0146 foi arquivado com certidão de contas zeradas em conformidade com o normativo.

5.4.1. Execução Forçada / Bloqueio de Valores

Fonte: Painel do sistema PJe e relatórios do Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD

Dados de 6/2023 a 7/2024

Processos aguardando utilização		Ordens protocolizadas	Bloqueios efetivados pendentes de desdobramento	
Quantidade	Mais antigo		Quantidade	Mais antigo
5	24/11/2023	1.347	0	-

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades e datas mais antigas de processos aguardando utilização do sistema de bloqueio de valores, ordens protocolizadas e bloqueio efetivados pendentes de desdobramento.



Diante da adesão à Secretaria Conjunta de Sertãozinho, Orlândia, Batatais e Segunda de Franca a partir de 1º/8/2024, não foi possível localizar e contabilizar todos os processos que aguardam a utilização da ferramenta de bloqueio SISBAJUD no painel do sistema PJe da Unidade. Registre-se que tais processos passaram a tramitar no painel da Assessoria de Execução concomitantemente com os processos das demais Varas que integram aquela Secretaria Conjunta. Eventual morosidade na utilização da ferramenta SISBAJUD será analisada por ocasião da Correição naquela Secretaria Conjunta.



Necessidade de saneamento. A ferramenta eletrônica já foi utilizada, por exemplo, no processo 0011067-35.2021.5.15.0146, mas pende com o chip "SISBAJUD-protocolar"



Necessidade de melhor gerir o intervalo de tempo para a utilização da ferramenta de bloqueio, considerando a natureza alimentar do crédito, como por exemplo no processo 0011481-04.2019.5.15.0146, pendente desde 24/11/2023.



VALE LEMBRAR

- O saneamento das pendências de bloqueios efetivados deve ser frequente, com a pronta emissão de ordem de transferência dos valores ou emissão de ordem de desbloqueio, conforme o caso.

5.4.2. Mandados Expedidos e Devolvidos ao Juízo

Fonte: Painel do PJe da Unidade e da Central de Mandados Unificada de Franca (consulta em 14/8/2024)

Mandados expedidos pendentes de distribuição		Mandados devolvidos pendentes de apreciação	
Quantidade	Mais antigo	Quantidade	Mais antigo
0	-	53	17/8/2023

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades e datas mais antigas de mandados expedidos pendentes de distribuição e devolvidos pendentes de apreciação.



Devido à adesão à Secretaria Conjunta de Sertãozinho, Orlândia e Batatais a partir de 1º/8/2024, os processos com mandado devolvido passaram a tramitar no painel da Assessoria de Execução concomitantemente com os processos das demais Varas que integram aquela Secretaria Conjunta, não sendo possível contabilizar o total de mandados pendentes no painel da Unidade nesta oportunidade.

✓	A Unidade tem a área de zoneamento devidamente parametrizada para a distribuição automática dos mandados.
⚠	Necessidade de melhor gerir o prazo para análise dos mandados devolvidos.
✓	Foram utilizadas as seguintes ferramentas eletrônicas para a efetividade da execução: SISBAJUD, RENAJUD, PENHORA ONLINE, INFOJUD (incluindo IRPF, DIMOB, DOI, DECRED).



VALE LEMBRAR

- A otimização da gestão dos mandados devolvidos contribuirá positivamente para o tempo médio de tramitação dos processos na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada.
- O estímulo ao cadastramento das empresas privadas e pessoas físicas para recebimento de citações e notificações por meio eletrônico, na forma prevista pelos normativos Nacional e Regional, contribui para a otimização dos procedimentos processuais.
- O uso efetivo e regular das ferramentas tecnológicas disponíveis para pesquisa patrimonial ajuda a garantir o êxito da etapa de execução forçada dos feitos e assegurar a prestação jurisdicional efetiva.

5.5. Oficiais de Justiça

5.5.1. Mandados pendentes de cumprimento por Oficial de Justiça

Fonte: Paineis do sistema PJe da Central de Mandados Unificada de Franca (consulta em 14/8/2024)

Oficial de Justiça	Mandados pendentes de cumprimento	
	No prazo	Prazo excedido
Angélica Zanon Silva Martins	3	-
Daniela Bolognesi Bombig Barbosa	3	2
TOTAL	6	2

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades dos mandados pendentes de cumprimento, no prazo e com prazo vencido, por oficial de justiça.



O quadro acima representa o volume de trabalho recebido pelos Oficiais e pendente de cumprimento.



O sistema PJe considera o prazo de 30 dias para o cumprimento das diligências pelos oficiais de Justiça, destacando em “vermelho” aquelas que ultrapassarem referido prazo. Entretanto, a apuração de eventual atraso deve ser analisada à luz da parametrização local.



Vara do Trabalho de Orlândia



O prazo para cumprimento das diligências está definido na Ordem de Serviço nº 1/2024 (parametrização local da Vara do Trabalho de Orlândia), que fixou prazo de 90 dias para o cumprimento dos Mandados de Pesquisa Básica.



Não há necessidade de acompanhamento pelo(a) gestor(a) acerca dos mandados pendentes de cumprimentos, pois as Sras. Oficialas de Justiça cumprem os prazos.



Há diligências pendentes de cumprimento, com prazo vencido, o mais antigo distribuído em 10/6/2024, sob responsabilidade da oficiala DANIELA BOLOGNESI BOMBIG BARBOSA.

5.5.2. Diligências realizadas no período correicional por Oficial de Justiça

Fonte: Sistema SAOPJe - relatório diligências realizadas por período

Oficial de Justiça	Quantidade de diligências realizadas
Angélica Zanon Silva Martins	258
Daniela Bolognesi Bombig Barbosa	269

#ParaTodosVerem: tabela com os nomes dos oficiais de justiça e as quantidades de diligências realizadas.

5.6. Alienação de bens

Fonte: Unidade correicionada



A Unidade procede com a venda direta por meio de corretores particulares, Benito Tomas Vicensotti e José Valero Santos Júnior, cadastrados no Banco de dados do Tribunal (EXE-PJe). Corretores nomeados pela VT.

5.7. RPV / Precatórios

Fonte: Sistemas PJe e GPREC



Vara do Trabalho de Orlândia

GPREC

O sistema de Gestão Eletrônica de Precatórios - GPREC foi implementado para gerir as requisições de pequeno valor e os precatórios neste Regional.



Em razão da adesão à Secretaria Conjunta de Sertãozinho, Orlândia, Batatais e Segunda de Franca a partir de 1º/8/2024, os processos aguardando expedição de Requisição de Pequeno Valor - RPV ou Precatório no sistema PJe passaram a tramitar no painel da Assessoria de Execução concomitantemente com os processos das demais Varas que integram aquela Secretaria Conjunta, razão pela qual não foi possível identificar a existência de pendências.

Eventual morosidade na expedição dos respectivos documentos será apreciada por ocasião da Correição naquela Secretaria Conjunta.



Não há diligências pendentes de resposta à Assessoria de Precatórios no sistema GPREC.



Por amostragem, observa-se no processo 0000686-17.2011.5.15.0146, que na RPV autuada em 6/5/2024 e vencida em 27/6/2024, não foi determinado o sequestro do valor devido.



Necessidade de saneamento do sistema GPREC em relação à baixa de RPV/Precatório por já quitados, como nos processos 0010905-11.2019.5.15.0146 e 0157600-84.2008.5.15.0156.



Nota-se a necessidade de melhor gerir o prazo para análise dos processos com comprovantes de pagamentos juntados, como no processo 0011217-84.2019.5.15.0146, pendente desde 1º/7/2024.



5.8. Projeto Garimpo

Fonte: Auditoria da Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial
Dados atualizados até 14/8/2024

Quantidade de contas movimentadas pela Unidade
(Depósitos Judiciais e Recursais)



834
contas

#ParaTodosVerem: organograma sobre o Projeto Garimpo com a quantidade de contas saneadas pela Unidade.



Dados extraídos de auditoria realizada pela Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial, considerando registros de movimentações maiores ou iguais a R\$0,01 e informações de saneamento das contas.

VALE LEMBRAR

- Ao realizar arquivamento definitivo do processo, entre outras providências, é necessário verificar a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis vinculados ao processo e a exclusão de eventuais inscrições no BNDT.
- Devem ser registradas no sistema apenas movimentações em contas vinculadas a processos arquivados anteriormente a 14/2/2019. Ainda, nessas contas, o registro de saneamento deve ser feito na expedição da ordem de liberação de valores, e apenas em contas cujo saldo inicial era superior a R\$ 0,01.

5.9. Projeto Efetiva

Desenvolvido em parceria com a Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista (CNEET) e a Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (CGJT)



Gestão de execuções
Processos antigos
Diagnóstico
Treinamento, Qualificação, Escola Judicial
Eficiência
Soluções específicas

Programa Escola ao Vivo – Transmissão no YouTube - dia 25 de julho de 2024 e respectivo *link*:



Apresentação (25/7/2024)

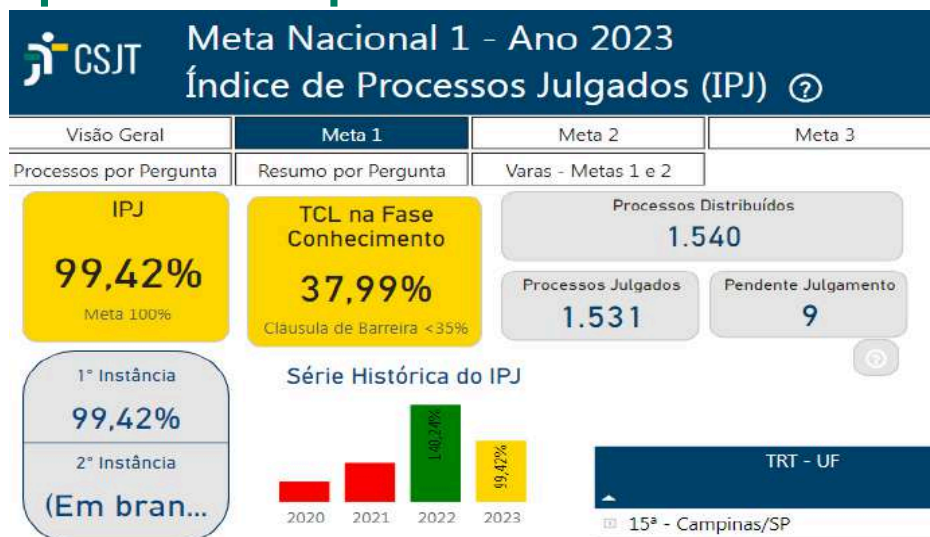
- Painel de BI da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho e sua utilização para o Projeto Efetiva.
- Estrutura de execução do TRT da 15ª Região.



6. METAS CNJ

Fonte: [Painel de Gestão de Metas do CSJT - Ano 2023](#) - Atualizado até 12/8/2024

6.1. Meta 1 [CNJ 2023] - Julgar mais processos que os distribuídos



6.2. Meta 2 [CNJ 2023] - Julgar processos mais antigos

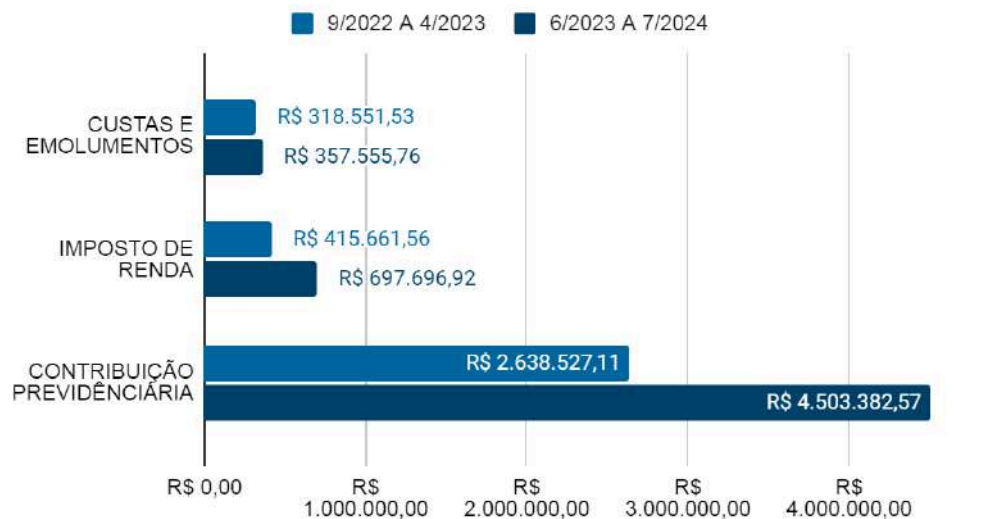


6.3. Meta 5 [CNJ 2023] - Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida



7. ARRECAÇÃO

Fonte: Relatório Correicional, item 12.



#ParaTodosVerem: gráfico em barras comparando os valores, em reais, de custas e emolumentos, imposto de renda e contribuição previdenciária arrecadados no período correicional anterior e no atual.

VALE LEMBRAR

- É necessário registrar adequadamente os valores no sistema, permitindo a análise dos valores arrecadados em razão da atuação Justiça do Trabalho.



8. DELIBERAÇÕES FINAIS

✓	Cumprimento da Meta 2 e Meta 5 do CNJ.
⚠	Não cumprimento da Meta 1 do CNJ.
✓	Variação favorável das pendências de baixa na fase de conhecimento e na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada.
✓	Tendência positiva, com variação favorável do prazo médio na fase de conhecimento. Com foco contínuo, há oportunidade de reduzir mais esse tempo, que atualmente ultrapassa 200 dias.
✓	Variação favorável da idade média do acervo de processos da distribuição, aguardando o encerramento da Instrução.
⚠	Variação não favorável da idade média do acervo de processos com execução iniciada, aguardando o encerramento.



Na correição ordinária conduzida em 26/6/2023, a Unidade foi autorizada a empregar o modelo simplificado para autoinspeção subsequente. Portanto, levando em conta que o uso desse modelo está restrito a dois períodos correicionais consecutivos na Unidade, resta autorizada, ainda, uma oportunidade para apresentar o modelo simplificado de relatório para a próxima autoinspeção.



Orienta-se os magistrados e os servidores das varas do trabalho quanto à utilização regular da ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em 1ª Instância WIKI-VT na tramitação dos processos.

Link: (<https://fluxonacional.jt.jus.br/> - (Nome do usuário é o CPF do servidor).

Os gestores devem analisar a ata, discutir o conteúdo dela com os membros da secretaria judiciária e planejar o efetivo cumprimento, sem a necessidade de informação imediata a esta Corregedoria. Trata-se de autonomia na gestão, com foco em dados oficiais.

Para tanto, orienta-se a utilização da matriz Gravidade, Urgência e Tendência (GUT), ferramenta de gestão utilizada para priorização de tarefas e estratégias.



MATRIZ GUT = G x U x T					
G	Gravidade	U	Urgência	T	Tendência
	Impacto e intensidade do problema se não resolvido.		Prazo, tempo possível para solucionar.		Potencial de crescimento do problema, padrão de evolução no tempo na ausência de solução.

#ParaTodosVerem: tabela explicativa da matriz GUT - Gravidade, Urgência e Tendência.



Metodologia de tomada de decisão racional com fatos e evidências. Resposta para o que fazer primeiro em cenários complexos. Separar o urgente ou importante e criar um fluxo de trabalho eficiente para cumprir todas as tarefas em prazo útil.



Acesse o **Documento Complementar** ao ato presencial para obter mais informações sobre os encaminhamentos da ata de correição, atendimentos realizados, horário de encerramento e demais assuntos correlatos.

Acesso à íntegra dos materiais sobre os temas:

Acessibilidade e Inclusão



#ParaTodosVerem: Código QR para acesso ao material sobre o tema “Acessibilidade e Inclusão”

Combatendo a Violência contra as mulheres



#ParaTodosVerem: Código QR para acesso ao material sobre o tema “Combatendo a Violência contra as mulheres”







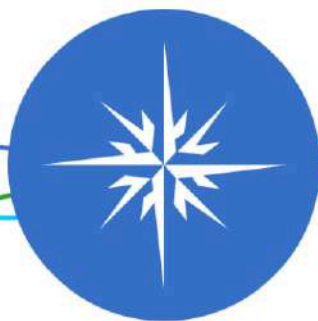


Missão

Fiscalizar e orientar a atuação
da primeira instância.

Visão de futuro

Ser conhecida no poder-dever de fiscalizar.



Valores

Comunicação, comprometimento,
ética, respeito e transparência.

Estratégia da Corregedoria Regional 2022 / 2026

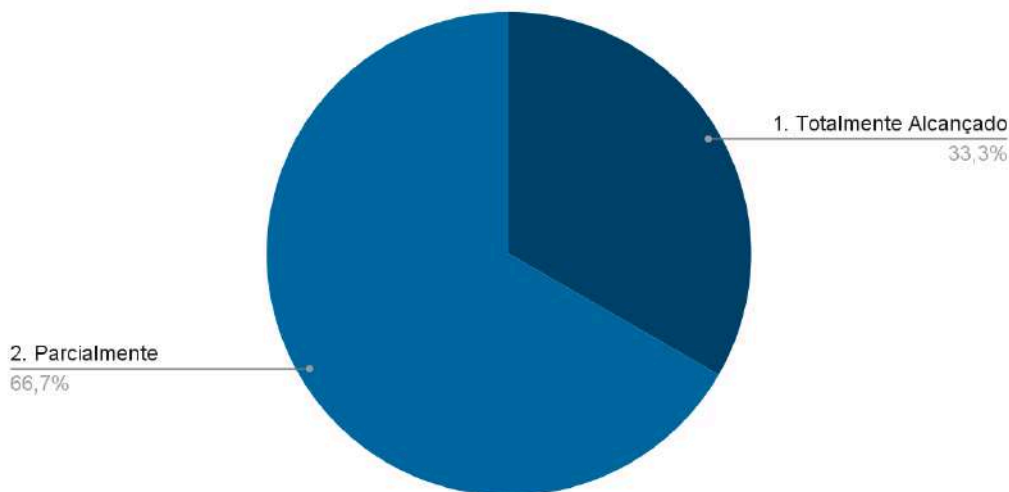


Ocorrências

	Participou, presencialmente, o Juiz Titular Rodrigo Penha Machado.
	Afastados legalmente: Juiz Substituto em auxílio fixo Rodrigo de Mattos Takayassu em razão de gozo de férias no período de 24/8 a 12/9/2024.

Percepção/demandas de gestoras e gestores da unidade

Percepção - alcance dos objetivos do projeto "A Escuta da Primeira Instância":



#ParaTodosVerem: gráfico em pizza, representando índice de alcance de objetivo mediante apenas quatro respostas possíveis, por percentuais e fatias da pizza em quatro, ou menos, cores diversas.

Demandas de servidoras e servidores

Não houve.



Atendimentos

Não houve.

Providências multidisciplinares

Não há.

Encerramento

Em 9 de setembro de 2024, às 18h25min, encerraram-se os trabalhos, e nós, Adilson Sergio Bertoldo Junior e Suely Suzuki, Assessores da Corregedoria Regional, e Vlademir Nei Suato, Secretário da Corregedoria Regional, lavramos a Ata de Correição Ordinária e o Documento Complementar ao ato, anexos, que, depois de lidos, vão assinados eletronicamente por Sua Excelência a Desembargadora RITA DE CÁSSIA PENKAL BERNARDINO DE SOUZA, Corregedora Regional, a ser publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal, na internet.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



RELATÓRIO CORREICIONAL

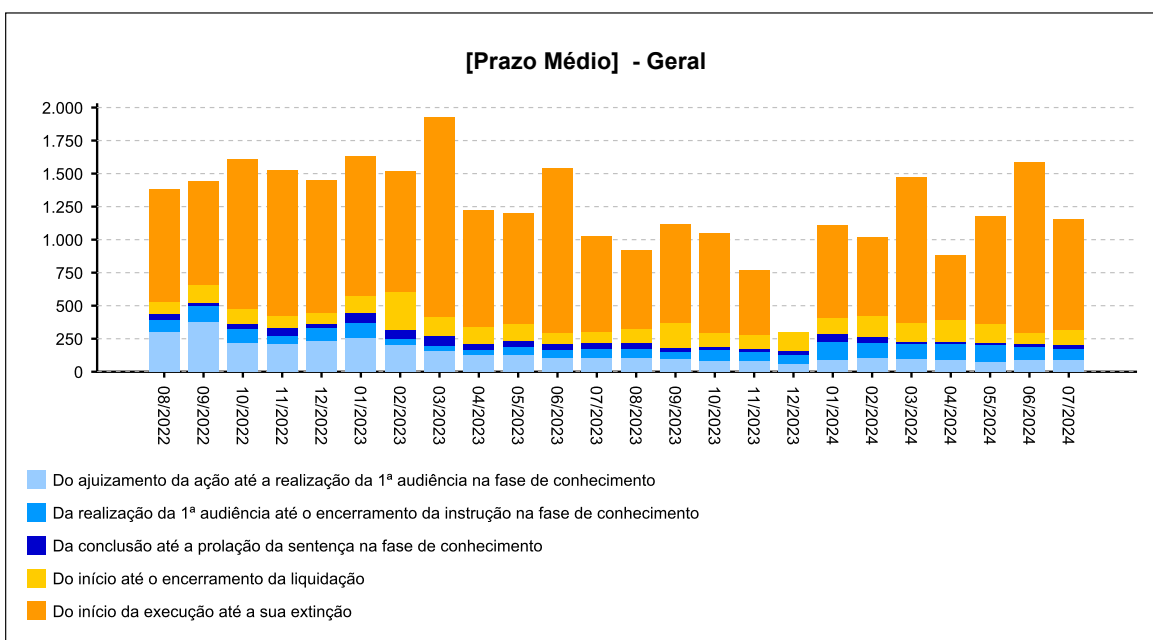
VARA DO TRABALHO DE ORLÂNDIA - 0146
[1001 a 1500 processos]



Utilize o leitor de QRCode de seu smartphone ou tablet e tenha acesso ao relatório no dispositivo móvel

INFORMAÇÕES DA UNIDADE:

Lei de Criação: 10.770/03
Data de Instalação: 27/10/2005
Data de Instalação do PJE: 11/06/2014
Data da Última Correição: 26/06/2023



8567] 14/08/2024 12:19:54 - [vsw.8.0.1 - 17/02/2021] - [vrel.2.0.2 - 24/02/2023]



1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Índice

[1 - TITULARIDADE](#)

[2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS](#)

[3.1 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Lotação](#)

[3.2 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Ausências, exceto férias](#)

[3.3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Estagiários](#)

[3.4 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Ações de capacitação](#)

[4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS](#)

[5 - PRAZOS MÉDIOS](#)

[6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO](#)

[7 - INCIDENTES PROCESSUAIS](#)

[8 - RECURSOS](#)

[9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO](#)

[10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS](#)

[11 - DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL](#)

[12 - ARRECADAÇÃO](#)

[13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO](#)

[14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA](#)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



1 - TITULARIDADE:

[Voltar](#)

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
RODRIGO PENHA MACHADO	07/08/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
17/07/2023 a 15/08/2023	FÉRIAS
28/08/2023 a 01/09/2023	COMISSÃO CONCURSO DE MAGISTRATURA RES CNJ 75 - ATÉ
18/09/2023 a 17/10/2023	FÉRIAS
18/10/2023 a 18/10/2023	FÉRIAS
11/12/2023 a 15/12/2023	COMPENSAÇÃO MAGISTRADO - PLANTÃO
01/03/2024 a 14/03/2024	LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - MAGISTRADO -
15/03/2024 a 22/03/2024	LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - MAGISTRADO -
12/06/2024 a 11/07/2024	FÉRIAS





2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/06/2023 a 17/08/2024]:

[Voltar](#)

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
CLAUDIA BUENO ROCHA CHIUZULI	17/10/2022 a 18/10/2023
CLAUDIA BUENO ROCHA CHIUZULI	18/10/2023 a 07/01/2024

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
22/05/2023 a 04/06/2023	LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - MAGISTRADO -
05/06/2023 a 19/06/2023	LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - MAGISTRADO -
24/06/2023 a 29/06/2023	FÉRIAS
30/06/2023 a 29/07/2023	LICENÇA TRATAMENTO PESSOA DA FAMÍLIA - MAGISTRADO -
14/07/2023 a 29/07/2023	LICENÇA TRATAMENTO PESSOA FAMÍLIA - MAG (GESTANTE) -
31/07/2023 a 19/08/2023	LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - MAGISTRADO -
21/08/2023 a 19/09/2023	LICENÇA TRATAMENTO PESSOA DA FAMÍLIA - MAGISTRADO -
20/09/2023 a 03/10/2023	FÉRIAS
26/09/2023 a 03/10/2023	LICENÇA LUTO - MAGISTRADO - ATÉ 08 DIAS
04/10/2023 a 11/10/2023	LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - MAGISTRADO -
16/10/2023 a 18/10/2023	LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - MAGISTRADO -
16/10/2023 a 18/10/2023	LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - MAGISTRADO -
18/10/2023 a 30/10/2023	LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - MAGISTRADO -
18/10/2023 a 30/10/2023	LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - MAGISTRADO -
30/11/2023 a 19/12/2023	FÉRIAS

NOME	PERÍODO
MARIA TERESA DE OLIVEIRA SANTOS	28/08/2023 a 01/09/2023

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
28/08/2023 a 01/09/2023	CONVOCAÇÃO TRT - SUBSTITUIR - EM CARÁTER FIXO

NOME	PERÍODO
MONICA RODRIGUES CARVALHO	18/09/2023 a 17/10/2023

Afastamentos: Não houve



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/06/2023 a 17/08/2024]:

(fonte: e-Correção Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
MOUZART LUIS SILVA BRENES	05/03/2024 a 10/03/2024
MOUZART LUIS SILVA BRENES	11/03/2024 a 14/03/2024

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
RENATO CESAR TREVISANI	17/07/2023 a 15/08/2023

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
17/07/2023 a 15/08/2023	CONVOCAÇÃO TRT - SUBSTITUIR - EM VIRTUDE DE FÉRIAS DO

NOME	PERÍODO
RENATO CLEMENTE PEREIRA	20/06/2024 a 21/06/2024

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
RODRIGO DE MATTOS TAKAYASSU	07/01/2024 a 14/08/2024

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
08/01/2024 a 09/01/2024	LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - MAGISTRADO -
20/04/2024 a 09/05/2024	FÉRIAS
19/06/2024 a 20/06/2024	LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - MAGISTRADO -

NOME	PERÍODO
THIAGO NOGUEIRA PAZ	18/10/2023 a 18/10/2023

Afastamentos: Não houve





3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.1 - Lotação [31/07/2024]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ALDIMAR DE AGUIAR	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	10/02/2006
ANA LIGIA RODRIGUES SOARES DE ALBERGARIA	ND	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	06/07/2023
ANDREZA APARECIDA SILVA PUGIM	REQ	FC-01 EXECUTANTE	20/12/2022
ANGELICA ZANON SILVA MARTINS	AJ-OJA	-	18/11/2013
DANIELA BOLOGNESI BOMBIG BARBOSA	AJ-OJA	-	27/10/2005
MARIA TEREZA PANTALEO LEONARDI	REQ	FC-02 ASSISTENTE	18/02/2008
OTACIR DE PAULA MALTA	TJA	FC-04 CALCULISTA	03/05/2010
PAULO SERGIO DE LIMA	REQ	FC-03 ASSISTENTE DE APOIO ADMINISTRATIVO	20/12/2022
REINALDO REALINO JUNIOR	REQ	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	18/02/2008
VANESSA BRAZAO BONADIO	AJJ	FC-02 ASSISTENTE	02/12/2022
VICTOR CADEO PERES ARRUOLA	REQ	FC-02 ASSISTENTE	17/03/2017
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			5
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			6





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.2 - Ausências, exceto férias [06/2023 a 07/2024]:
(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
FOLGA COMPENSATÓRIA - INDETERMINADO	10
JURI, SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS (SERVIDOR) - CARÁTER OBRIGATÓRIO	1
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - REQUISITADO RPPS - INDETERMINADO	10
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - SERVIDOR RPPS - ATÉ 24 MESES	34
LICENÇA TRATAMENTO PESSOA DA FAMÍLIA - SERVIDOR - ATÉ 30 DIAS	2
TOTAL	57





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.3 - Estagiários [31/07/2024]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
CAROLINA VITAL CUNHA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	01/07/2023





3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.4 - Ações de capacitação [31/07/2024]: (fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
CLAUDIA BUENO ROCHA CHIUZULI	67
RODRIGO PENHA MACHADO	6

SERVIDORES	HORAS
ALDIMAR DE AGUIAR	27
ANA LIGIA RODRIGUES SOARES DE ALBERGARIA	13
ANDREZA APARECIDA SILVA PUGIM	3
MARIA TEREZA PANTALEO LEONARDI	13
OTACIR DE PAULA MALTA	242
REINALDO REALINO JUNIOR	10
VANESSA BRAZAO BONADIO	390
VICTOR CADEO PERES ARRUOLA	3





4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

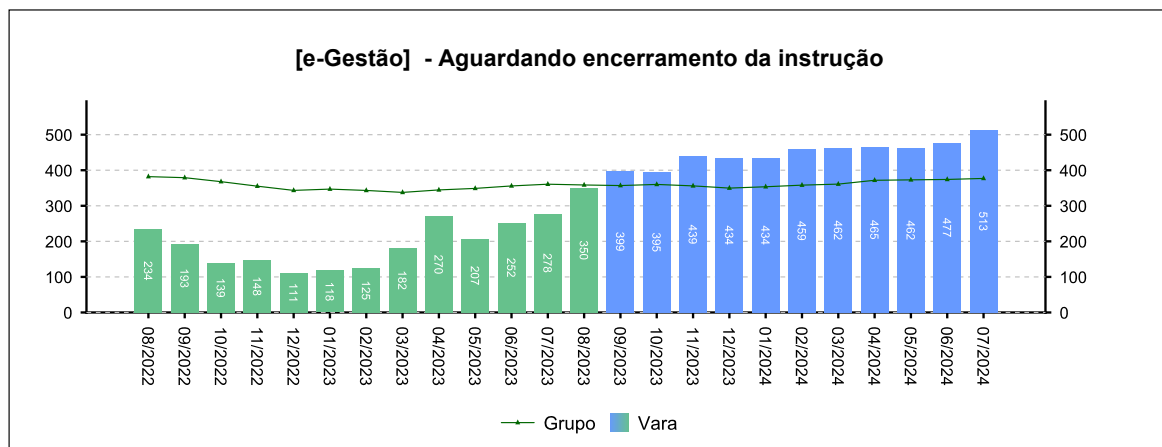
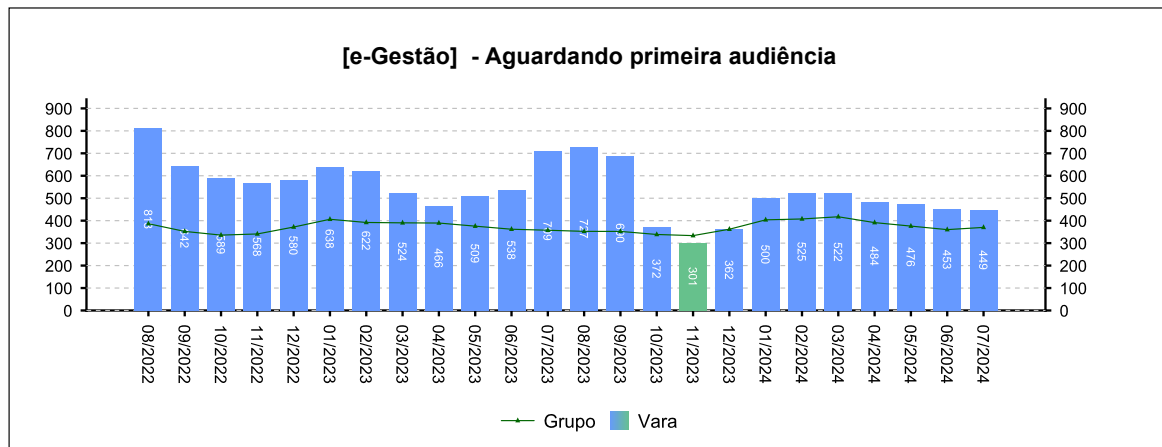
(fonte: e-Gestão e IGEST)

[Voltar](#)

4.1 - Fase de Conhecimento

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Aguardando primeira audiência	449	370	---
Aguardando encerramento da instrução	513	377	---
Aguardando prolação de sentença	102	60	---
Aguardando cumprimento de acordo	27	32	---
Solucionados pendentes de finalização na fase	1.171	861	---
Pendentes de finalização	2.262	1.699	---

Período: 06/2023 a 07/2024

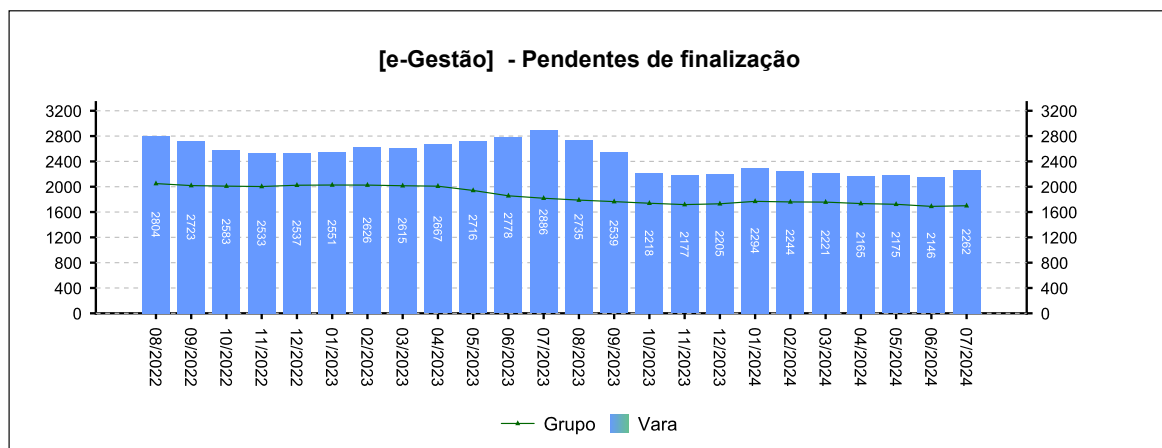
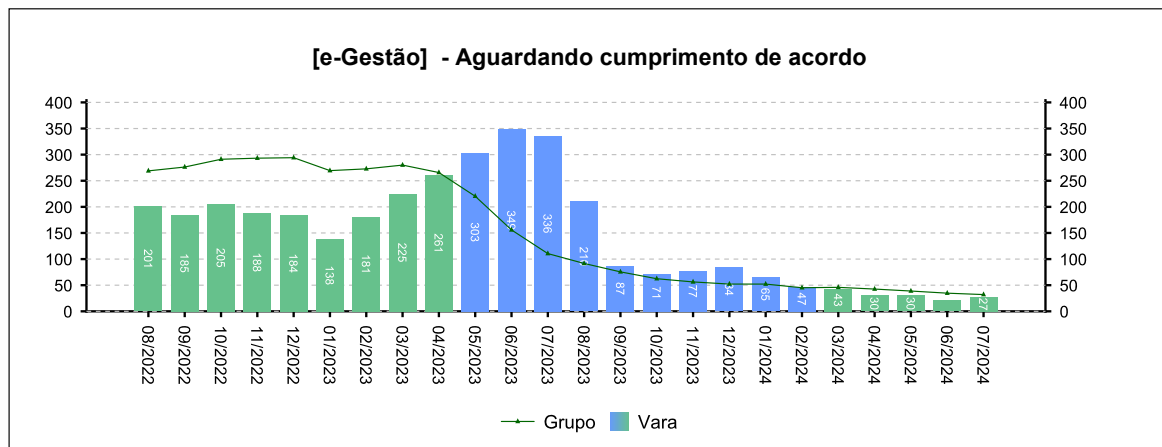
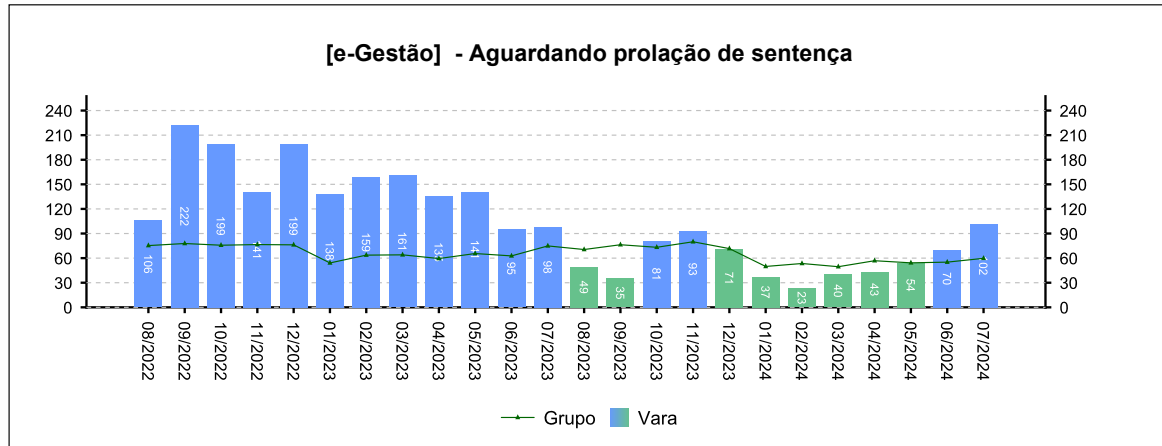




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento





4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento

[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST





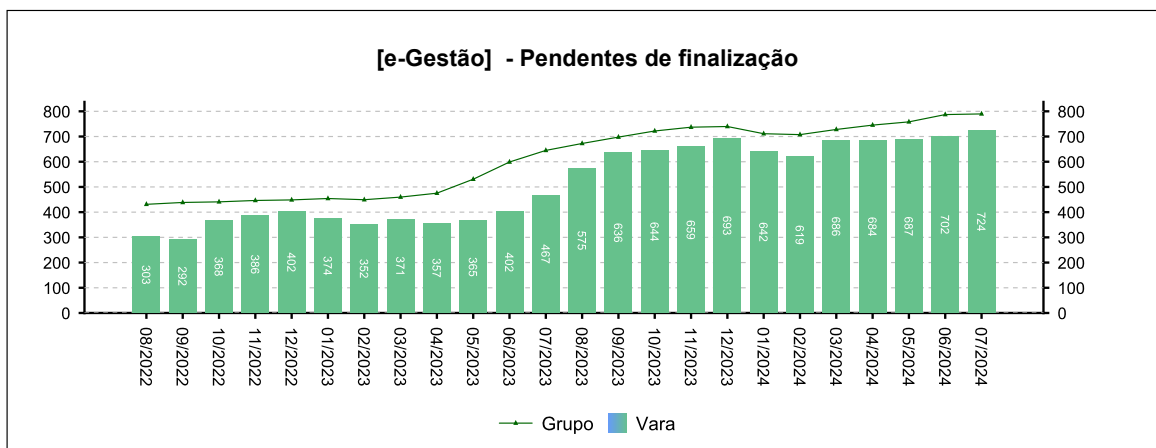
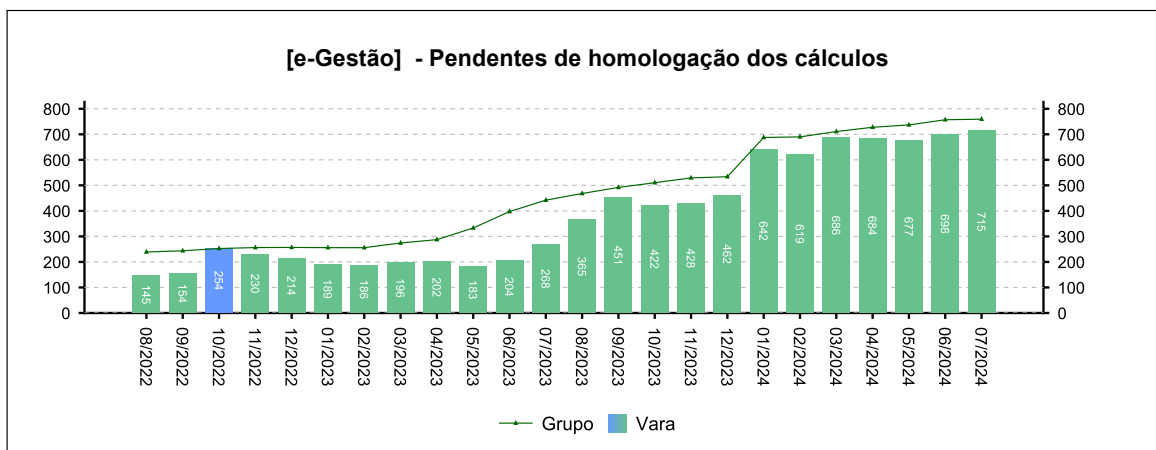
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.2 - Fase de Liquidação

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendentes de homologação dos cálculos	715	759	---
Liquidados pendentes de finalização na fase	9	30	---
Pendentes de finalização	724	790	---

Período: 06/2023 a 07/2024





4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.2 - Fase de Liquidação

[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST





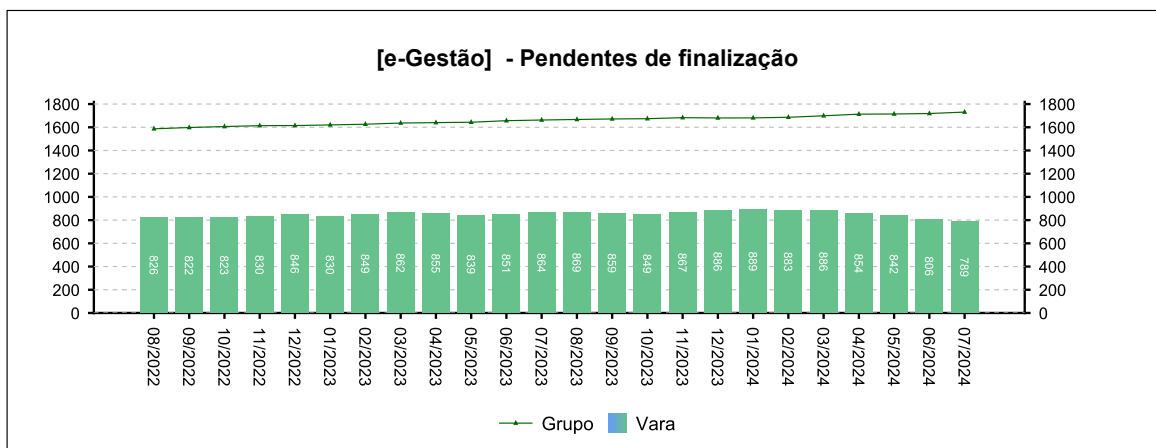
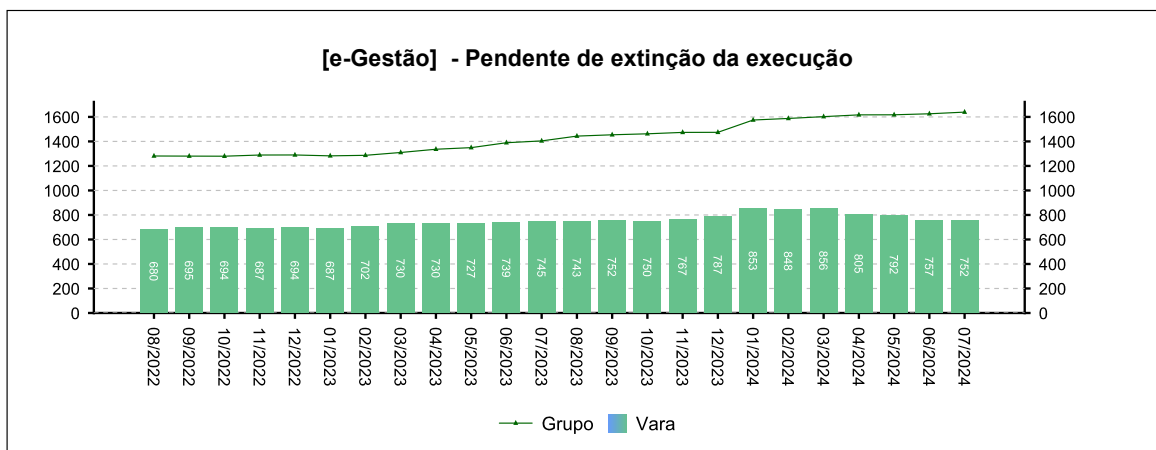
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendente de extinção da execução	752	1.639	---
Encerrados pendentes de finalização na fase	37	92	---
Pendentes de finalização	789	1.731	---

Período: 06/2023 a 07/2024





4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução

[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST





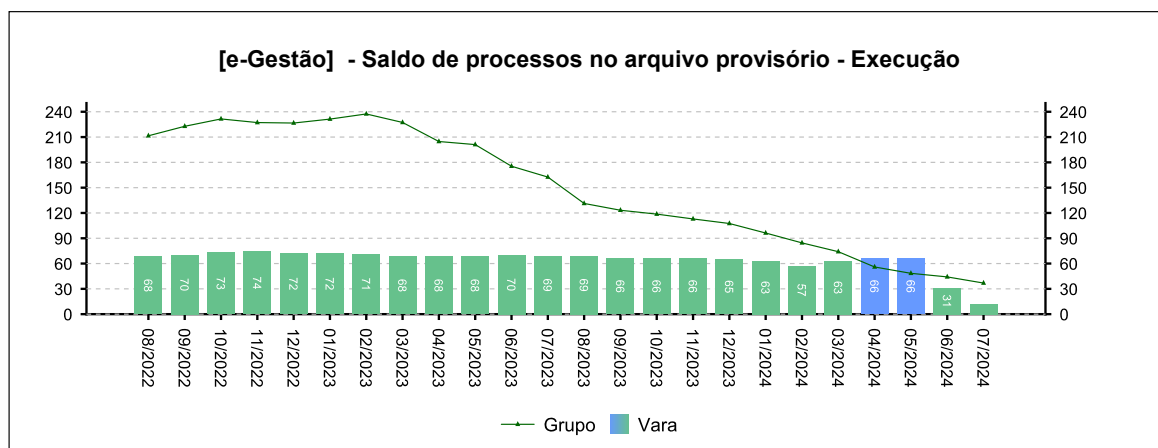
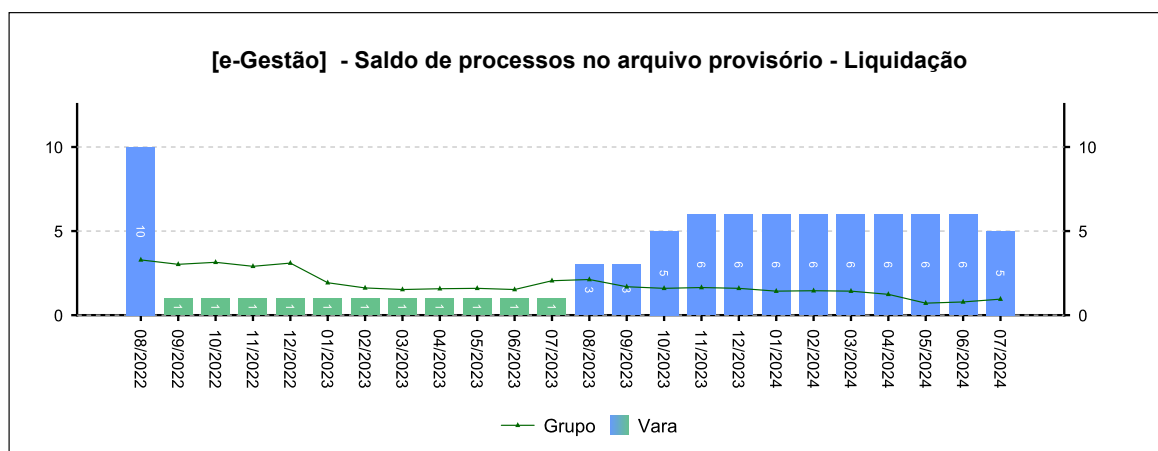
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.4 - Arquivo Provisório

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Saldo de processos no arquivo provisório - Liquidação	5	1	---
Saldo de processos no arquivo provisório - Execução	12	37	---

Período: 06/2023 a 07/2024





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.4 - Arquivo Provisório

[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST





4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.5 - Total de Pendências

	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendentes de finalização - Conhecimento	2.262	1.699	---
Pendentes de finalização - Liquidação	724	790	---
Pendentes de finalização - Execução	789	1.731	---
Saldo de processos no arquivo provisório - Liquidação	5	1	---
Saldo de processos no arquivo provisório - Execução	12	37	---
TOTAL:	3.792	4.257	---

Período: 06/2023 a 07/2024





5 - PRAZOS MÉDIOS

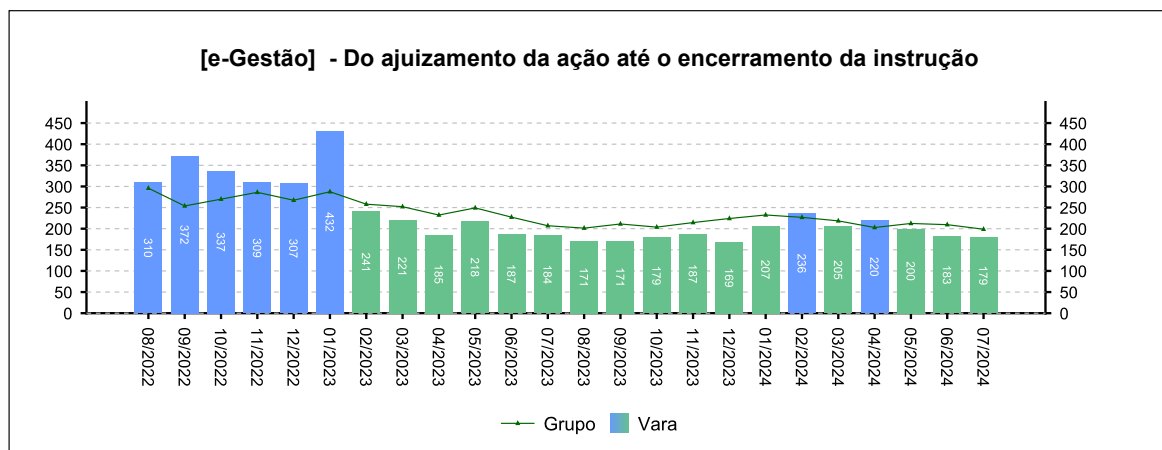
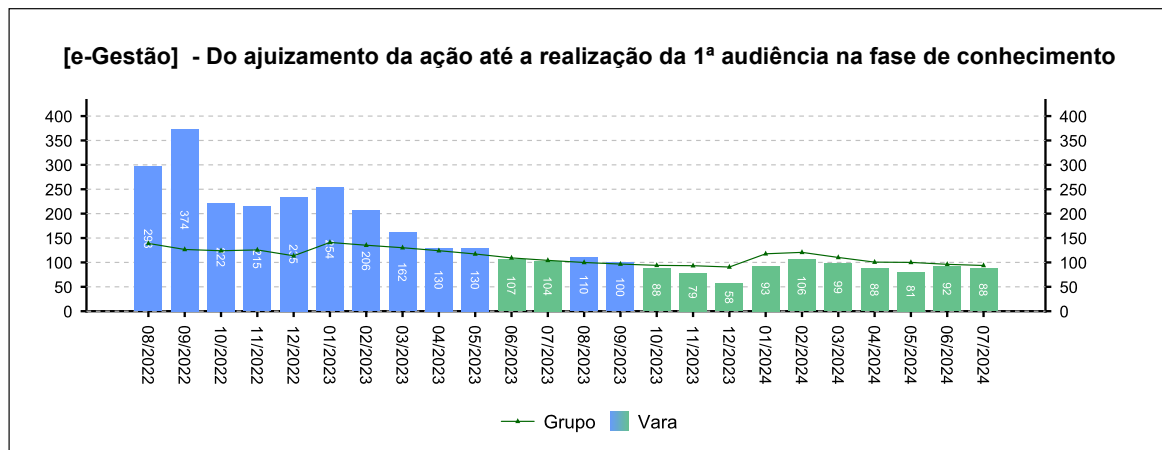
(fonte: e-Gestão e IGEST)

[Voltar](#)

5.1 - Fase de Conhecimento

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência na fase de conhecimento	1.772	93	102	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução	1.690	190	212	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença	1.690	210	228	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento	929	32	24	---

Período: 06/2023 a 07/2024

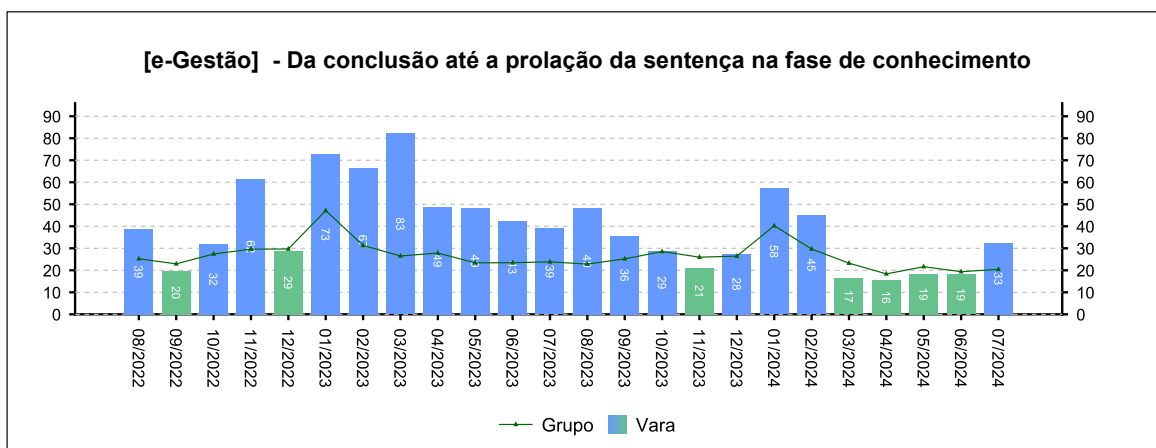
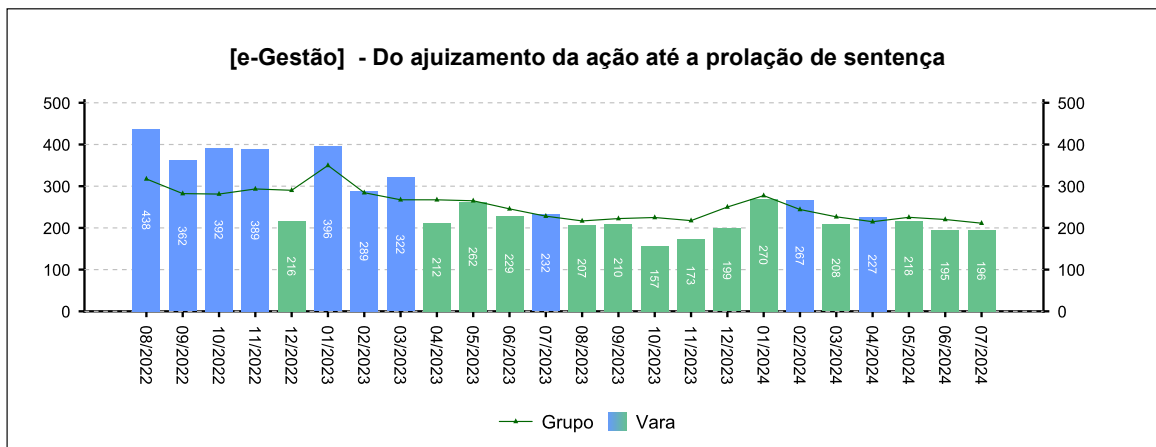




5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.1 - Fase de Conhecimento



[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST

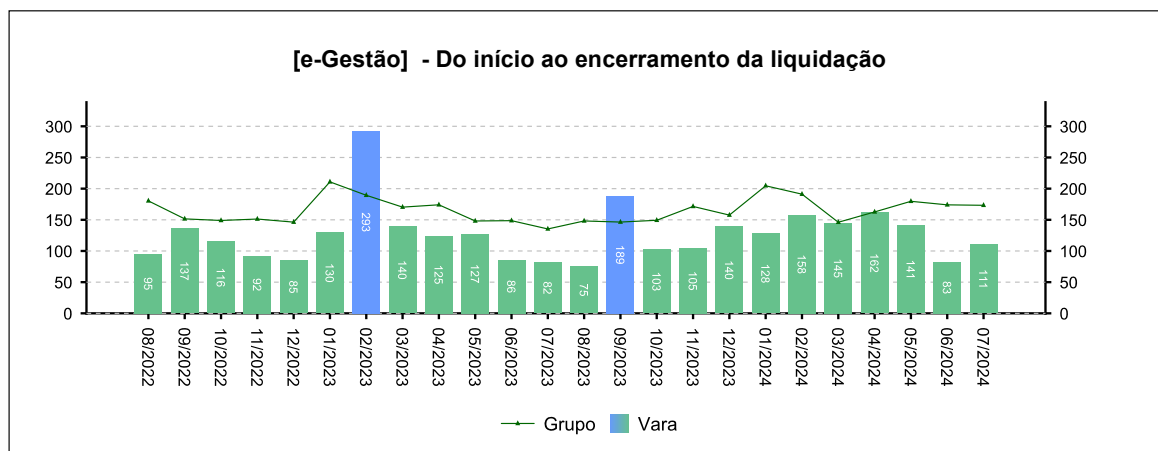


5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.2 - Fase de Liquidação

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação	787	121	163	---
Período: 06/2023 a 07/2024				



[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST



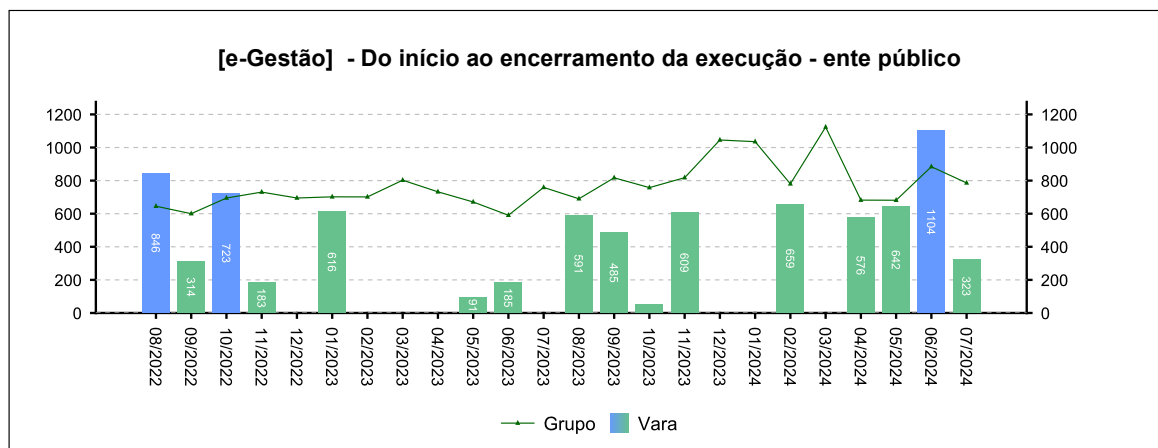
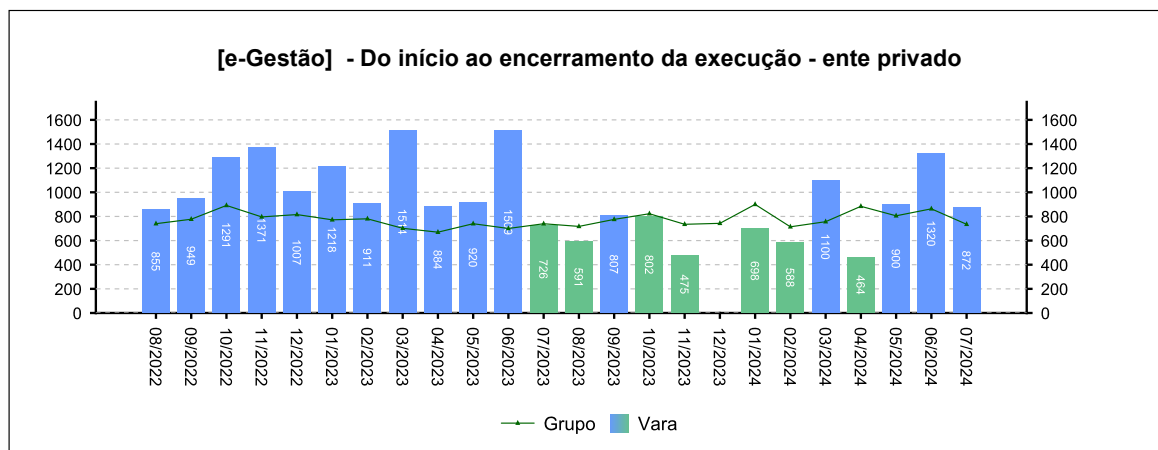
5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.3 - Fase de Execução

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	265	810	780	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	77	607	822	---
Total / Média	342	765	791	---

Período: 06/2023 a 07/2024





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.3 - Fase de Execução

[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST



6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

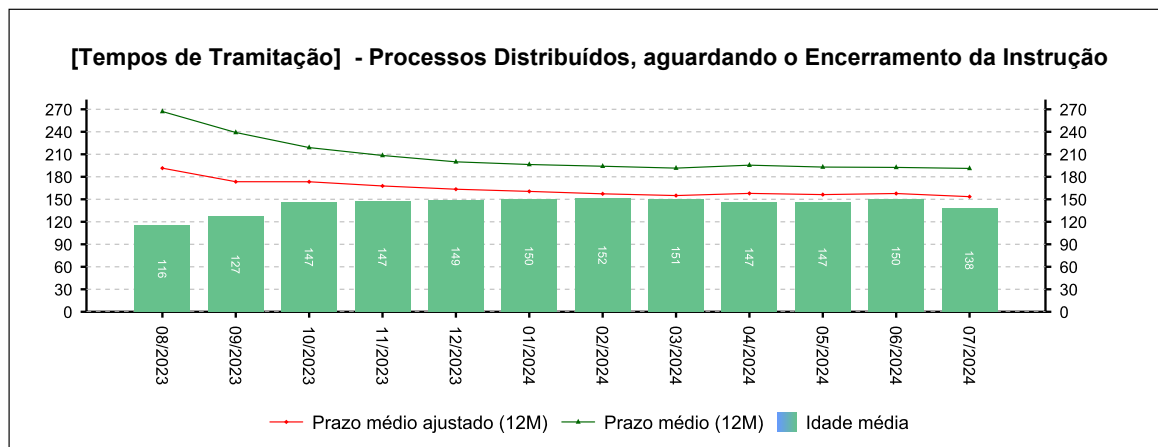
(fonte: e-Gestão e IGEST)

[Voltar](#)

6.1 - Processos Distribuídos, aguardando o Encerramento da Instrução

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0012435-55.2016.5.15.0146	08/08/2017	16/12/2016	2.784
0012433-85.2016.5.15.0146	08/08/2017	16/12/2016	2.784
0010915-26.2017.5.15.0146	08/08/2017	08/05/2017	2.641
0010092-13.2021.5.15.0146	01/06/2021	03/02/2021	1.274
0011027-53.2021.5.15.0146	26/11/2021	26/11/2021	978

Período: até 07/2024



[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST



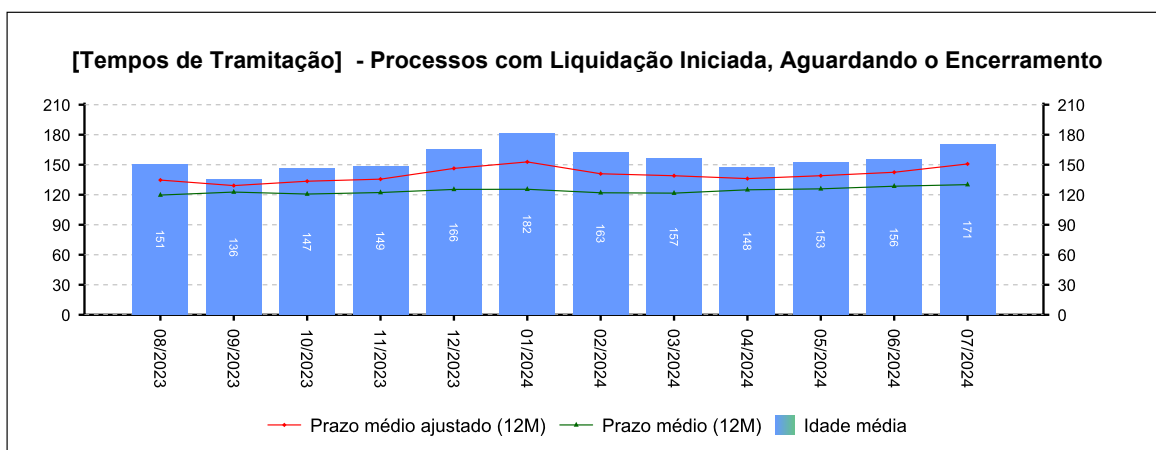
6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.2 - Processos com Liquidação Iniciada, Aguardando o Encerramento

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0010277-27.2016.5.15.0146	27/09/2017	15/02/2016	2.499
0010520-39.2014.5.15.0146	30/01/2018	24/07/2014	2.374
0010198-43.2019.5.15.0146	30/11/2020	12/02/2019	1.339
0000606-53.2011.5.15.0146	19/04/2021	13/05/2011	1.199
0010831-54.2019.5.15.0146	28/05/2021	03/06/2019	1.160

Período: até 07/2024



[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST



6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

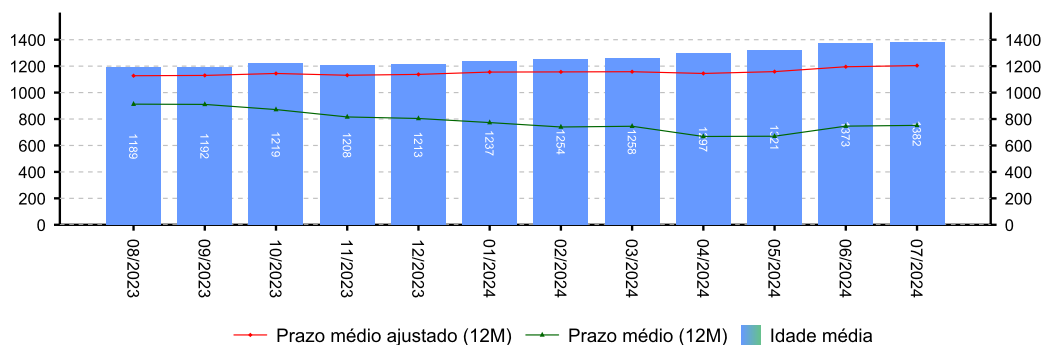
(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.3 - Processos com Execução Iniciada, Aguardando o Encerramento

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0029800-11.2005.5.15.0146	04/08/1997	27/10/2005	9.858
0115800-14.2005.5.15.0146	27/10/2005	27/10/2005	6.852
0194100-87.2005.5.15.0146	27/10/2005	27/10/2005	6.852
0053100-02.2005.5.15.0146	27/10/2005	27/10/2005	6.852
0257800-37.2005.5.15.0146	27/10/2005	27/10/2005	6.852

Período: até 07/2024

[Tempos de Tramitação] - Processos com Execução Iniciada, Aguardando o Encerramento



[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST



6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.4 - Resumo

	MAIOR IDADE (DIAS)	MÉDIA (DIAS)	PRAZO MÉDIO (DIAS)	PRAZO MÉDIO ESTIMADO (DIAS)*
Da Distribuição até o Encerramento da Instrução	2784	138	191	154
Do Início ao Encerramento da Liquidação	2499	170	130	151
Do Início ao Encerramento da Execução	9858	1381	752	1204
Período: até 07/2024				

*Valor estimado do respectivo prazo médio caso os processos deixassem a pendência, em dias.





7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

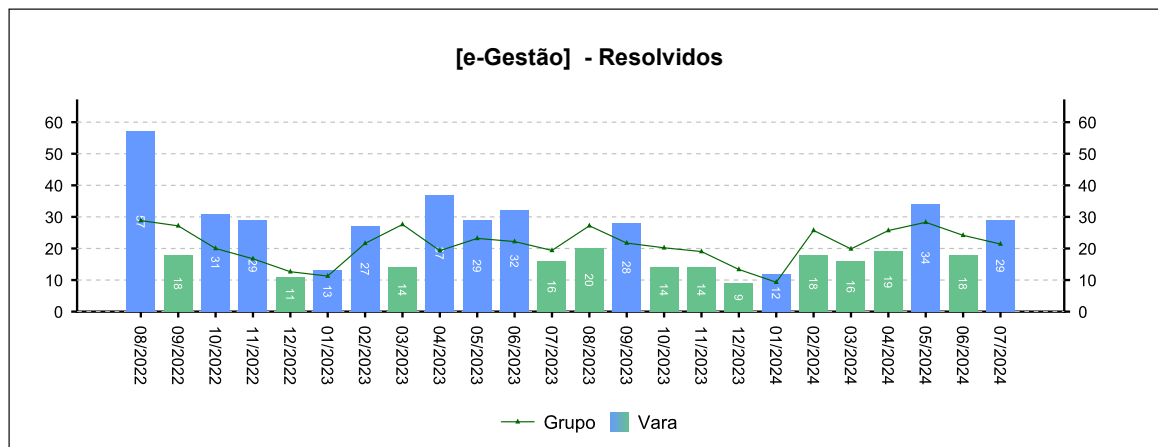
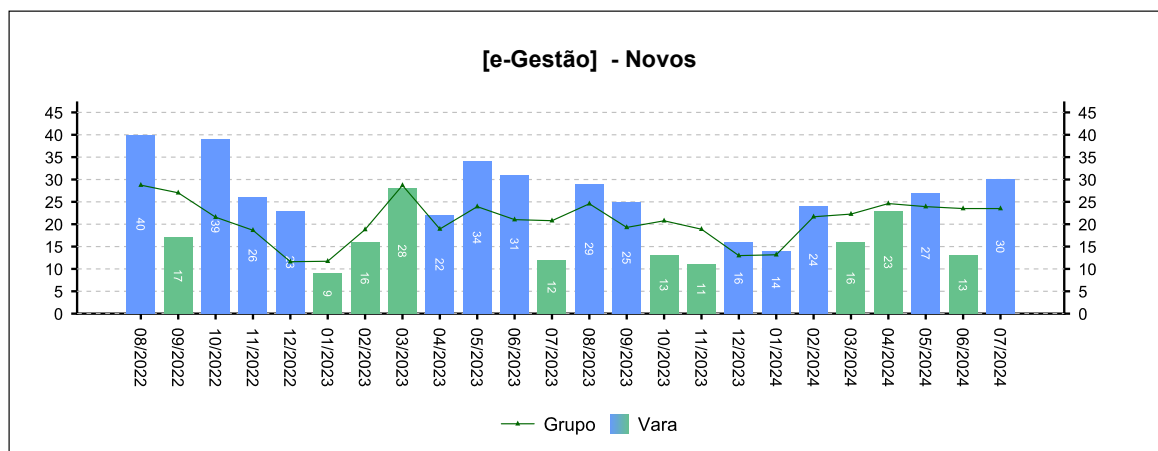
[Voltar](#)

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Embargos de declaração

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
284	279	16

Período: 06/2023 a 07/2024

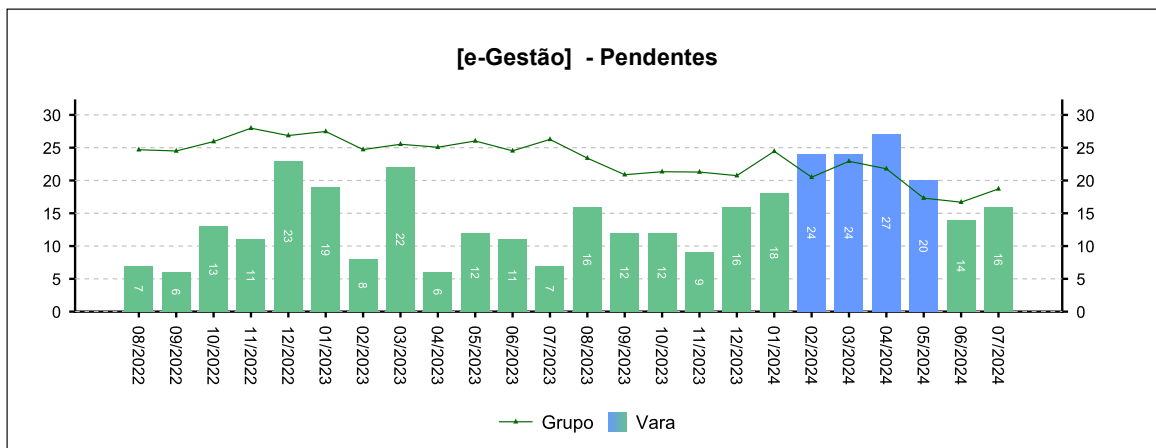




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Embargos de declaração





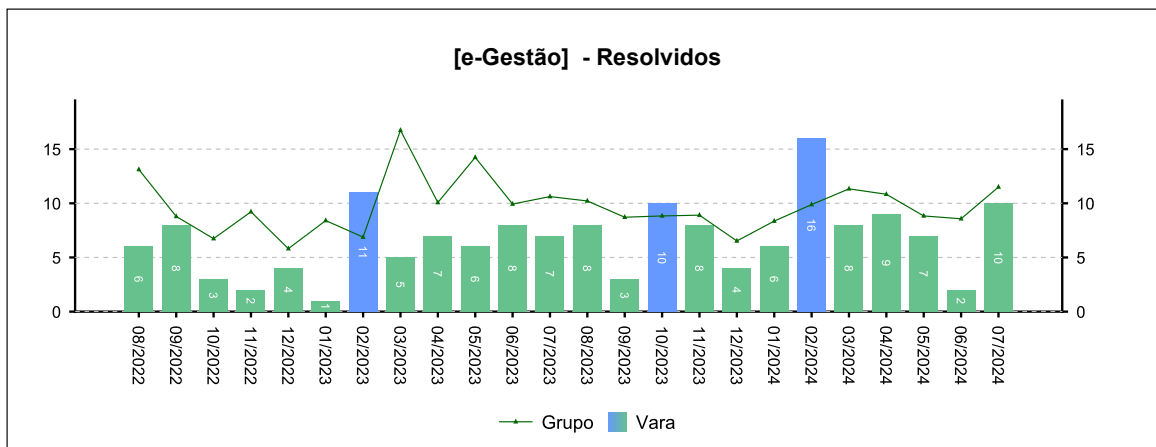
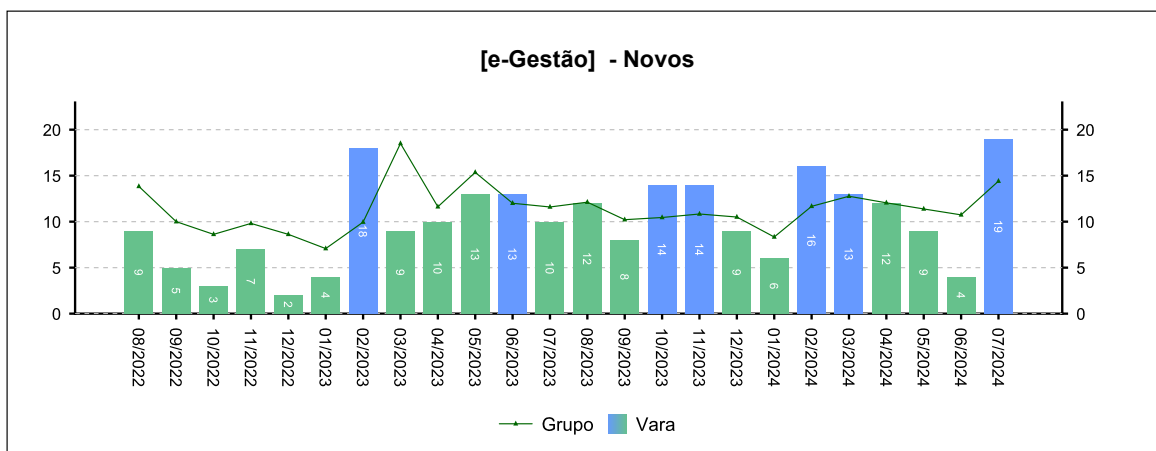
7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.2 - Tutelas Provisórias

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
159	106	9

Período: 06/2023 a 07/2024

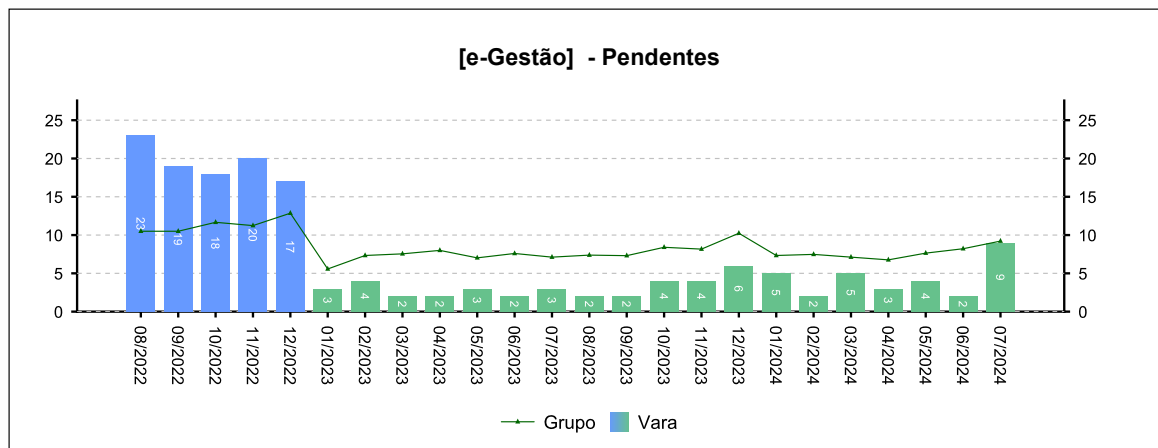




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.2 - Tutelas Provisórias





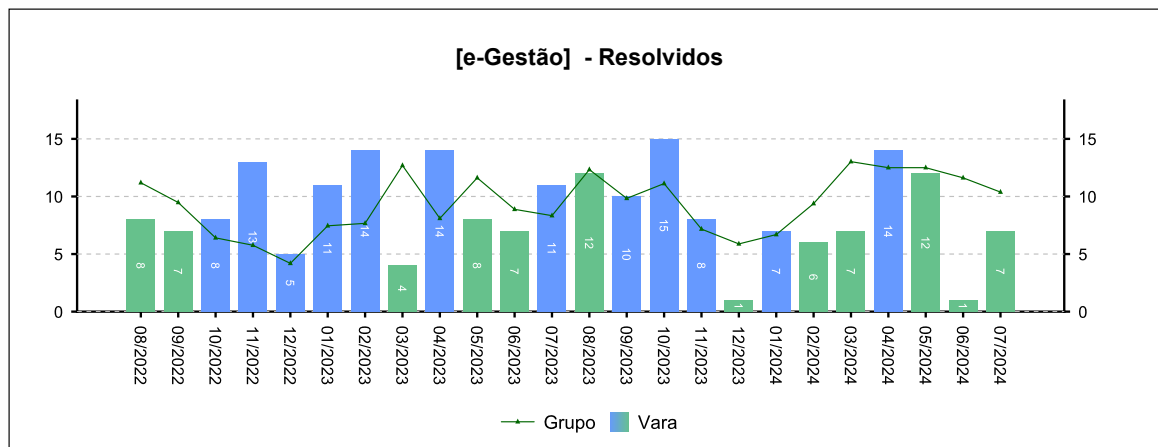
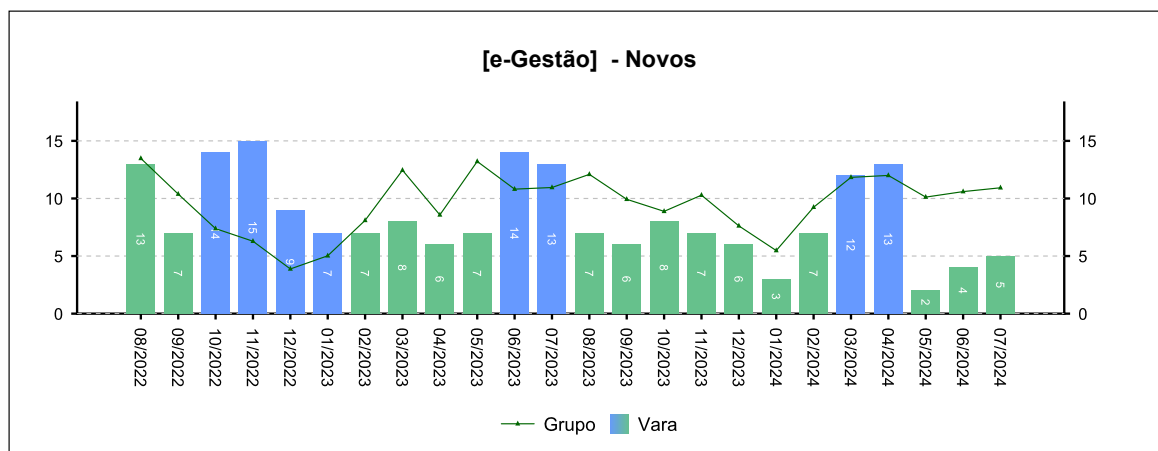
7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
107	118	4

Período: 06/2023 a 07/2024

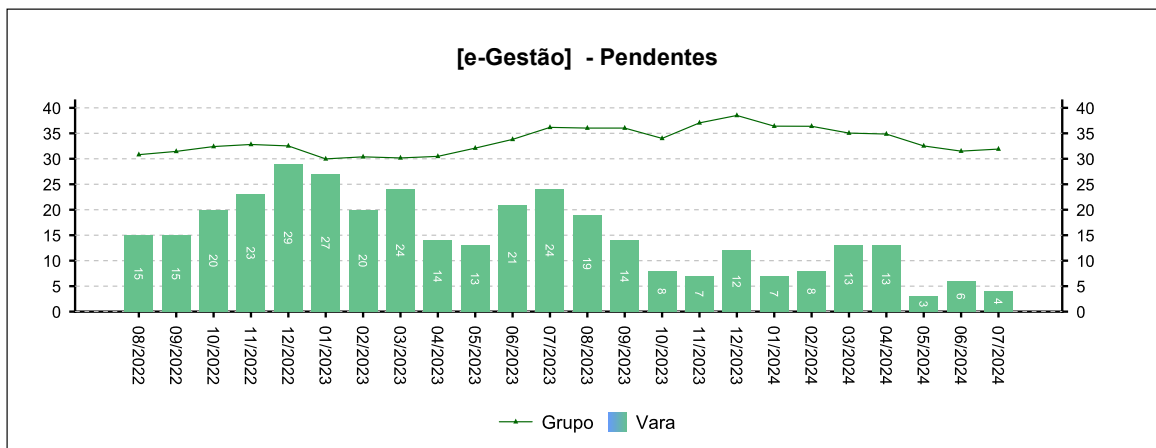




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.4 - Total de Incidentes

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
550	503	29
Período: 06/2023 a 07/2024		





8 - RECURSOS

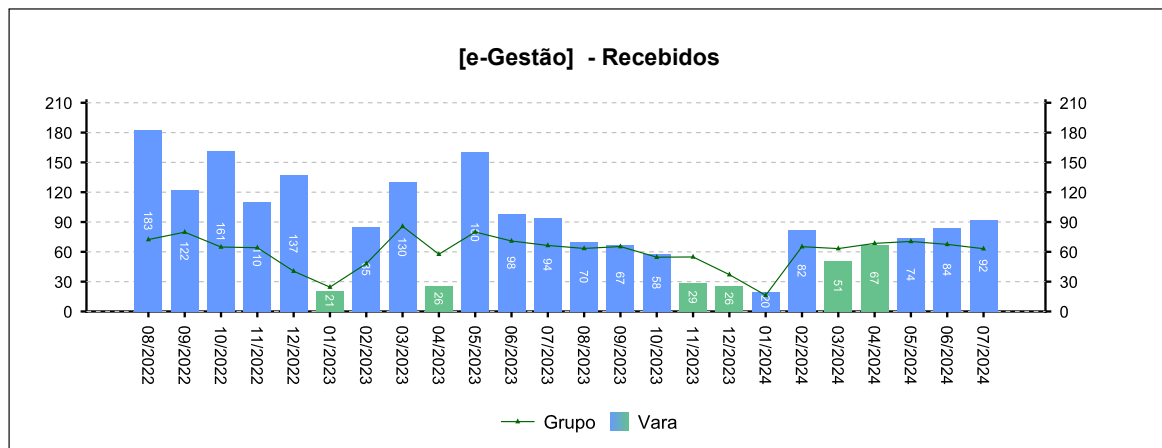
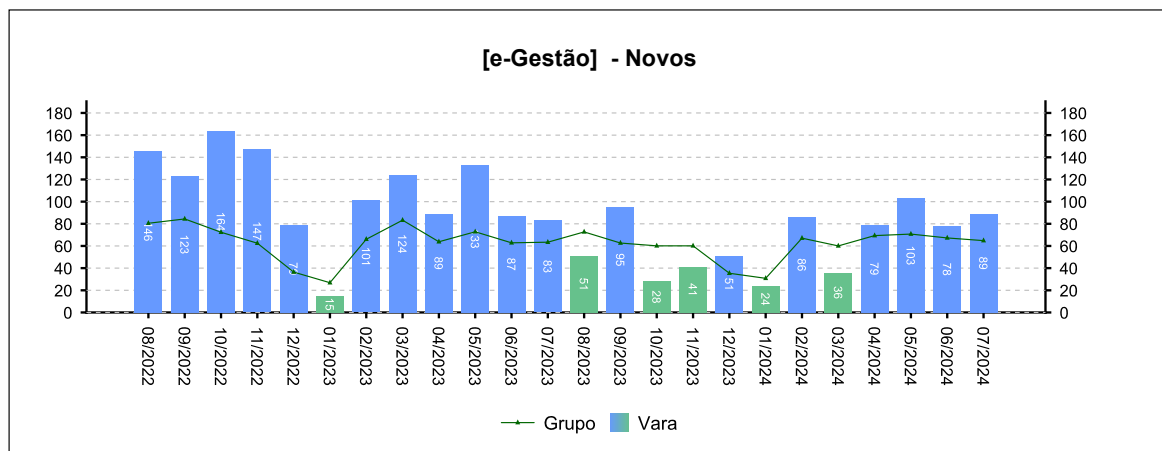
(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

8.1 - Recurso Ordinário

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
931	912	75

Período: 06/2023 a 07/2024

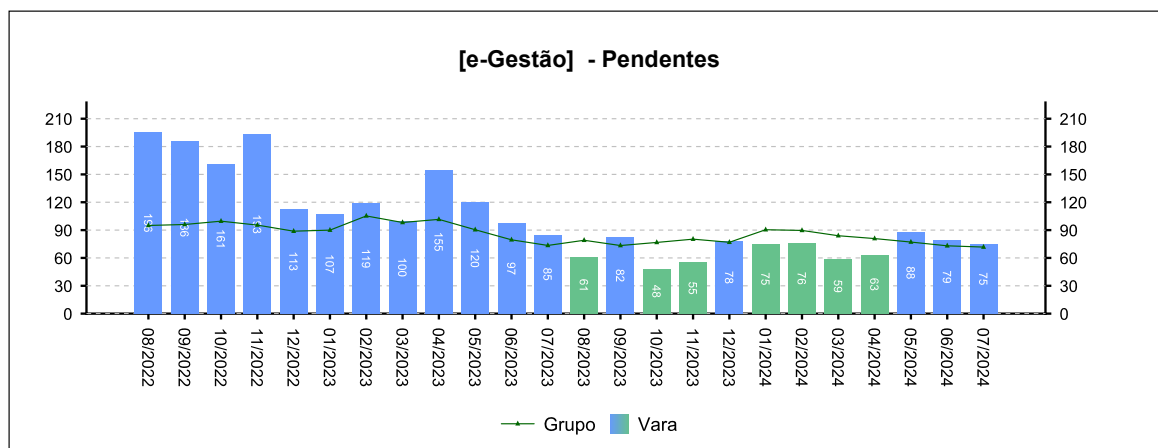




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.1 - Recurso Ordinário





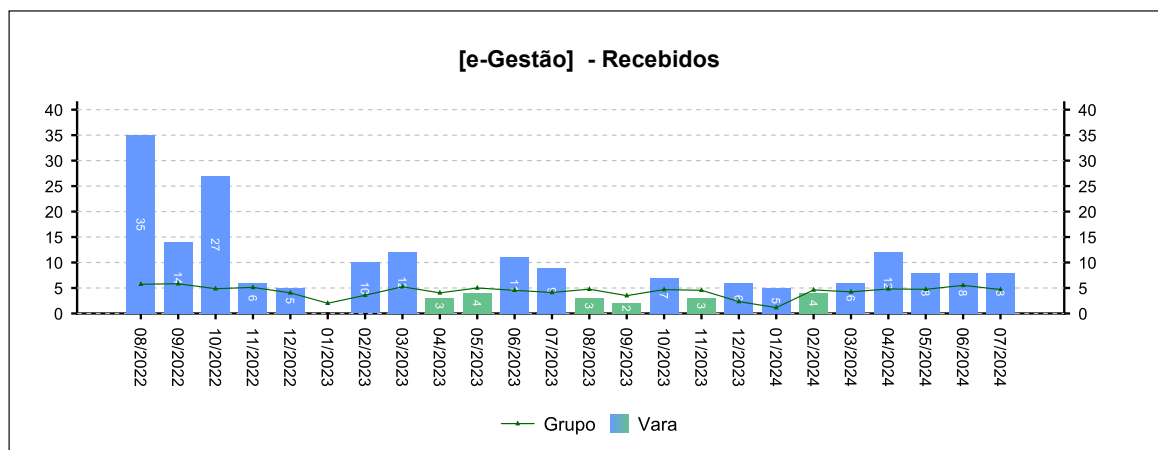
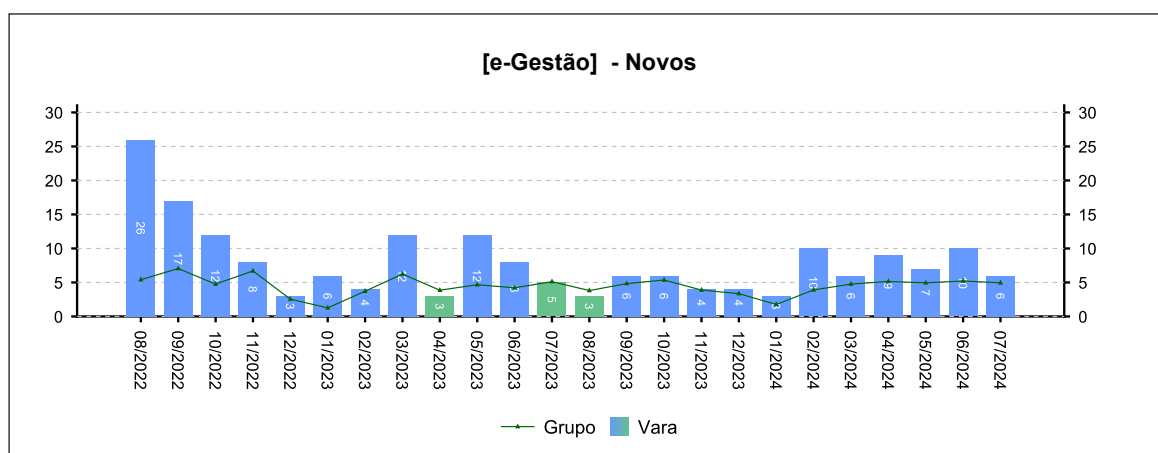
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.2 - Recurso Adesivo

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
87	92	4

Período: 06/2023 a 07/2024

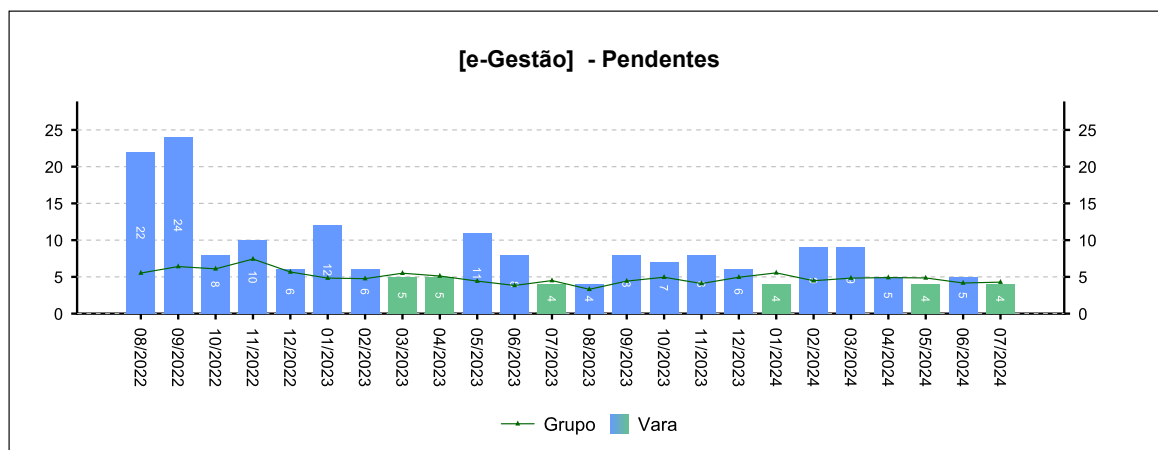




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.2 - Recurso Adesivo





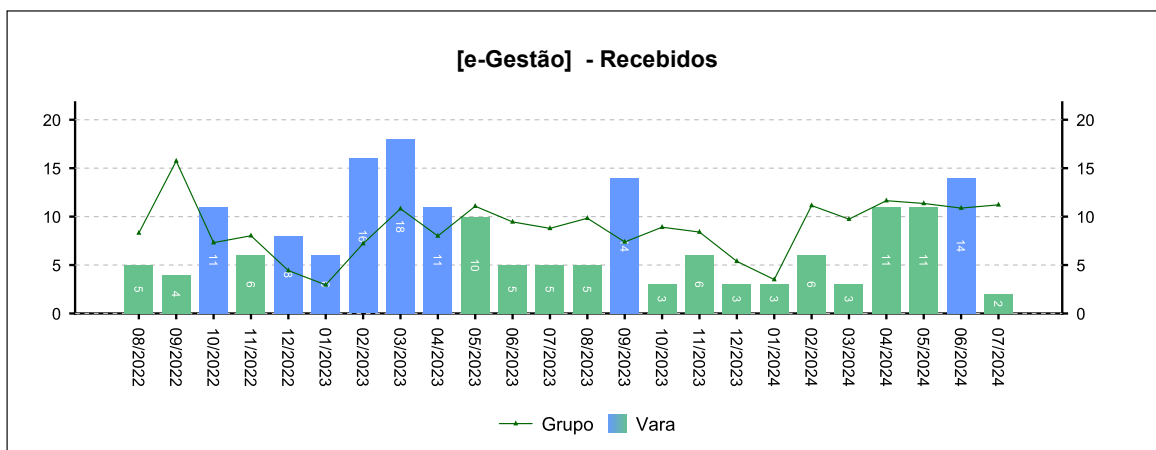
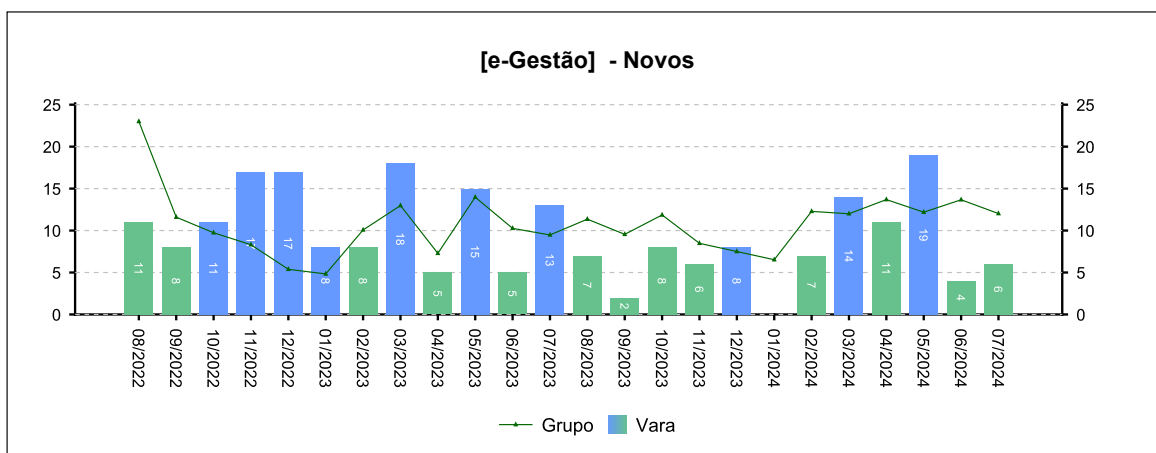
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.3 - Agravo de petição

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
110	91	14

Período: 06/2023 a 07/2024

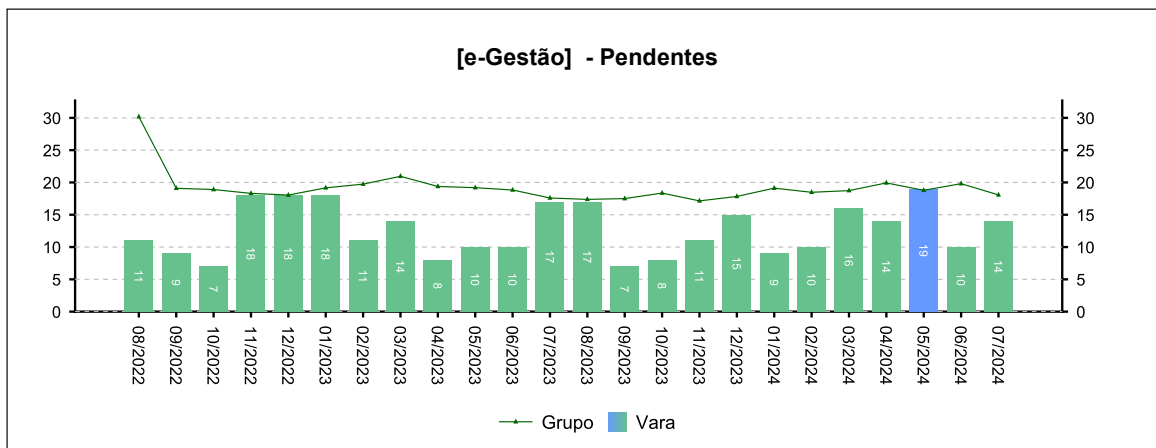




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.3 - Agravo de petição





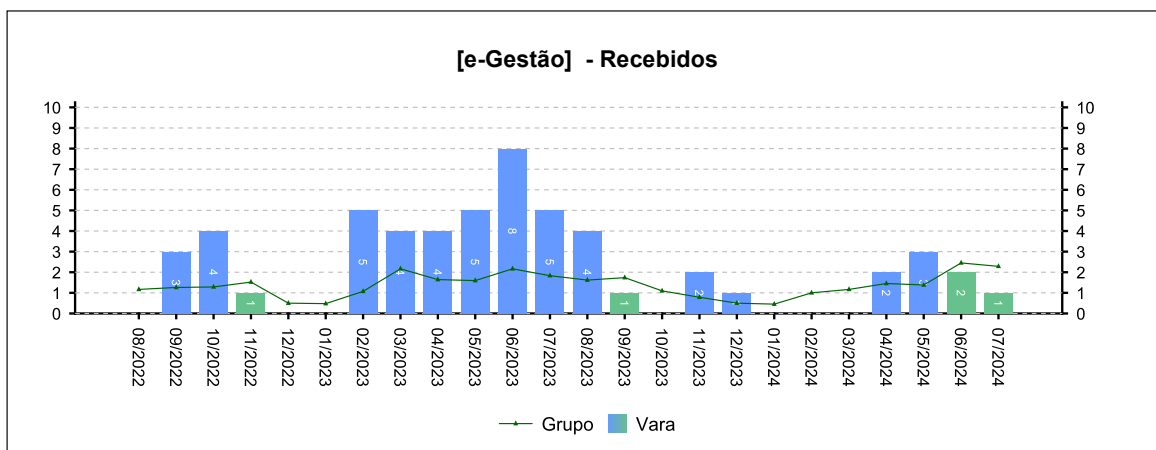
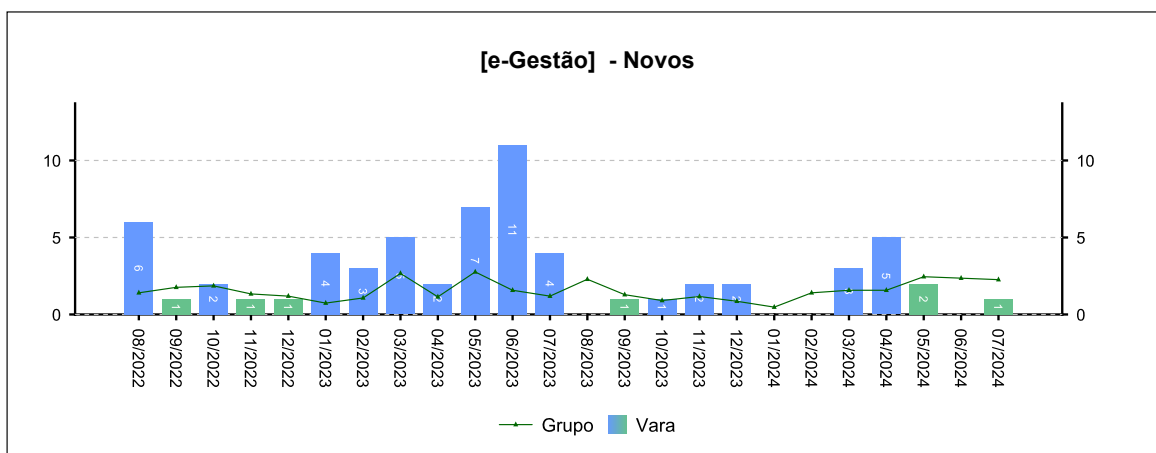
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.4 - Agravo de Instrumento

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
32	29	2

Período: 06/2023 a 07/2024

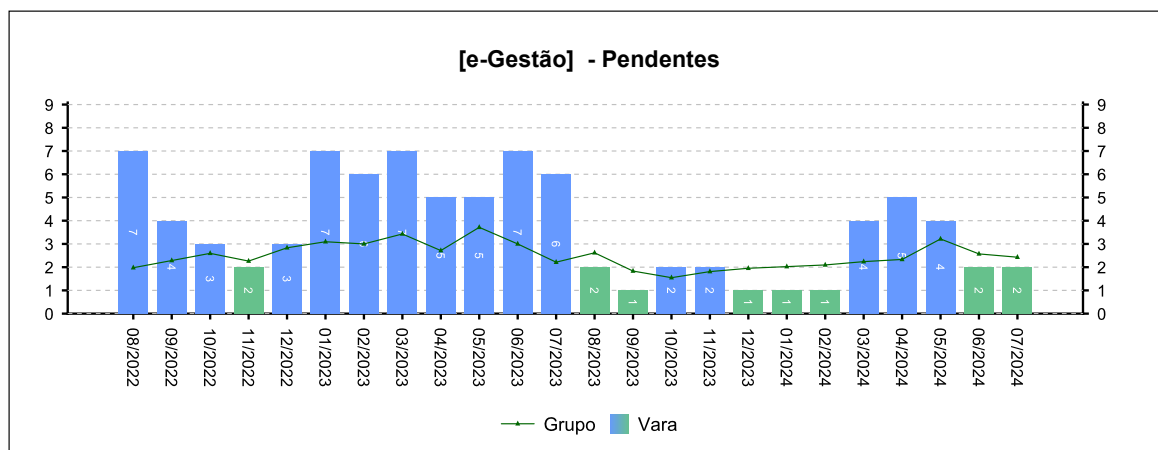




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.4 - Agravo de Instrumento





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.5 - Total de Recursos

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
1.160	1.124	95
Período: 06/2023 a 07/2024		





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

[Voltar](#)

(fonte: e-SInCor - IGEST e Horus - TRT8)

Dados do IGEST não disponíveis.





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [08/2023 a 07/2024]

[Voltar](#)

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	691	57,6	68,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	687	57,3	68,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.378	114,8	136,9
Processos solucionados - sem exame de mérito	462	38,5	45,9
Incidentes Processuais Resolvidos	422	35,2	41,9
Dias-Juiz	302	25,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	24.052	47,7	32,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	29.569	58,7	39,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	53.621	106,4	72,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	6.706	13,3	9,0
Incidentes Processuais Resolvidos	20.616	40,9	27,8
Dias-Juiz	22.248	44,1	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	104.791	57,1	33,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	135.988	74,1	43,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	240.779	131,1	77,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	32.427	17,7	10,4
Incidentes Processuais Resolvidos	100.583	54,8	32,3
Dias-Juiz	93.402	50,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

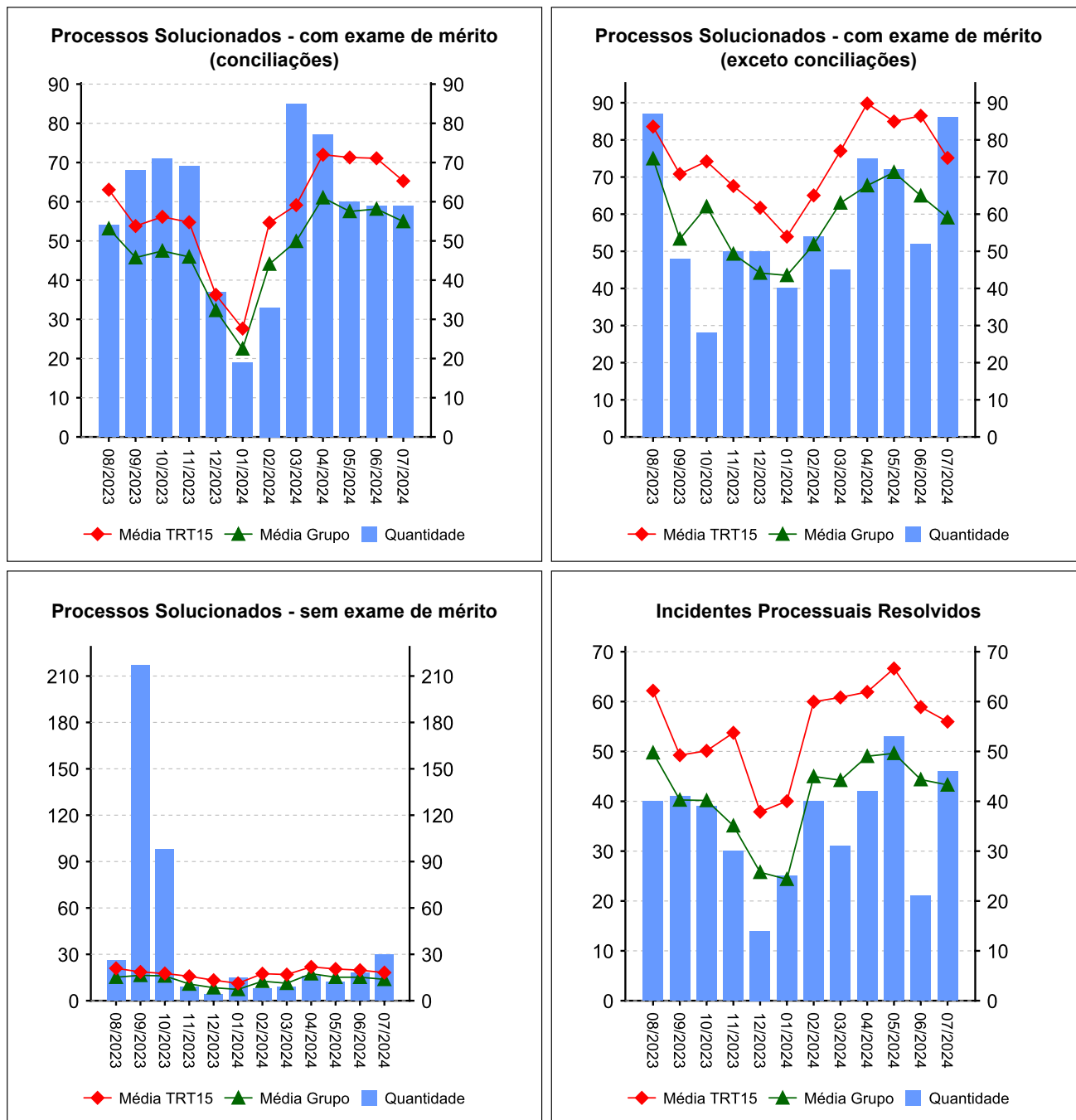




10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [08/2023 a 07/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [08/2023 a 07/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	888	74,0	88,2
Sessões de audiência realizadas - instrução	931	77,6	92,5
Sessões de audiência realizadas - una	2	0,2	0,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	527	43,9	52,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	28	2,3	2,8
Sessões de audiência realizadas - justificação prévia	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - instrução e julgamento	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - encerramento de instrução	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - inquirição de testemunha (juízo	2	0,2	0,2
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	933	77,8	92,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	555	46,3	55,1
Dias-Juiz	302	25,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	22.248	44,1	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	93.402	50,5	---

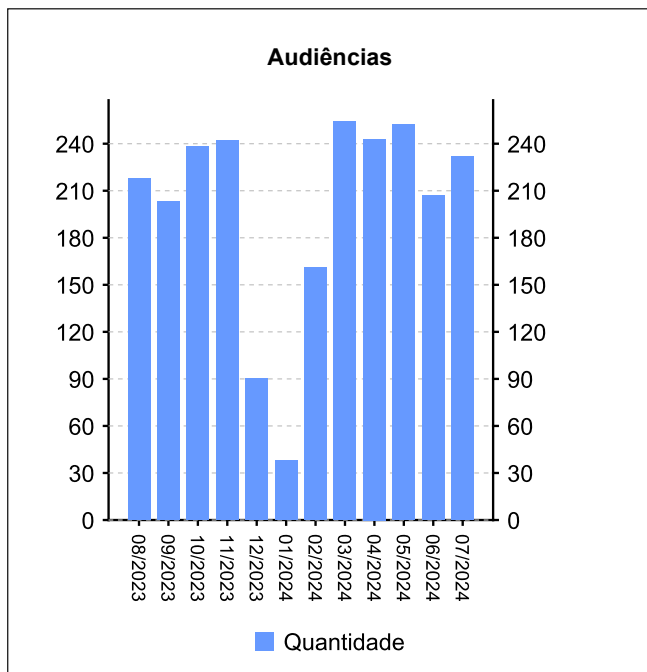




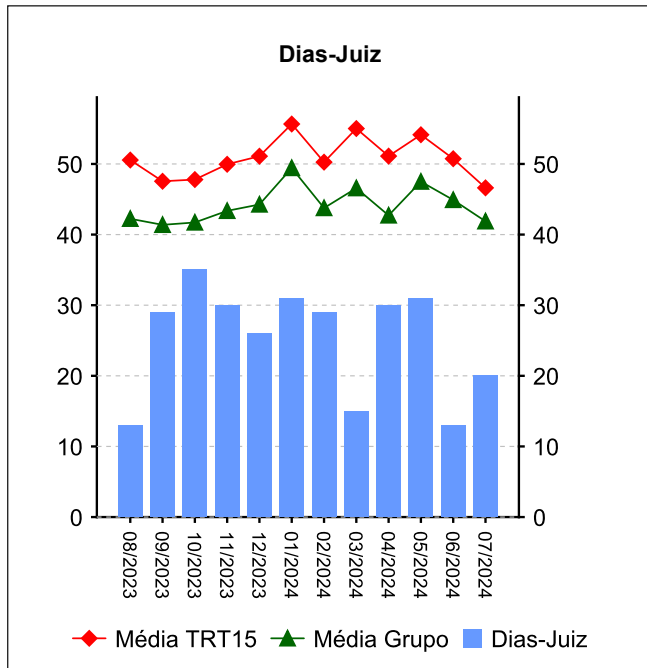
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [08/2023 a 07/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
08/2023	64	4	77	73	0	218
09/2023	58	2	69	74	0	203
10/2023	59	2	81	95	0	237
11/2023	25	4	125	86	1	241
12/2023	28	1	39	22	0	90
01/2024	8	0	15	15	0	38
02/2024	42	1	57	61	0	161
03/2024	57	0	91	106	0	254
04/2024	66	1	79	96	1	243
05/2024	41	6	94	111	0	252
06/2024	35	4	79	89	0	207
07/2024	44	3	82	103	0	232
Total	527	28	888	931	2	2376



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
08/2023	13
09/2023	29
10/2023	35
11/2023	30
12/2023	26
01/2024	31
02/2024	29
03/2024	15
04/2024	30
05/2024	31
06/2024	13
07/2024	20
Média Mensal	25,2



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



[Voltar](#)

11 - DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

(fonte: e-Gestão)

ANO	QTD PROCESSOS
2021	1103
2022	1179
2023	1833
2024 (*)	1101

(*) Período: 01/2021 a 07/2024





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



12 - ARRECADAÇÃO

(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

CUSTAS E EMOLUMENTOS	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 357.555,76	R\$ 697.696,92	R\$ 4.503.382,57
Período: 06/2023 a 07/2024		





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO

(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

ANO	PROCESSOS
2016	2
2017	1
2021	2
2022	8
2023	243
2024	808
Período: até 07/2024	

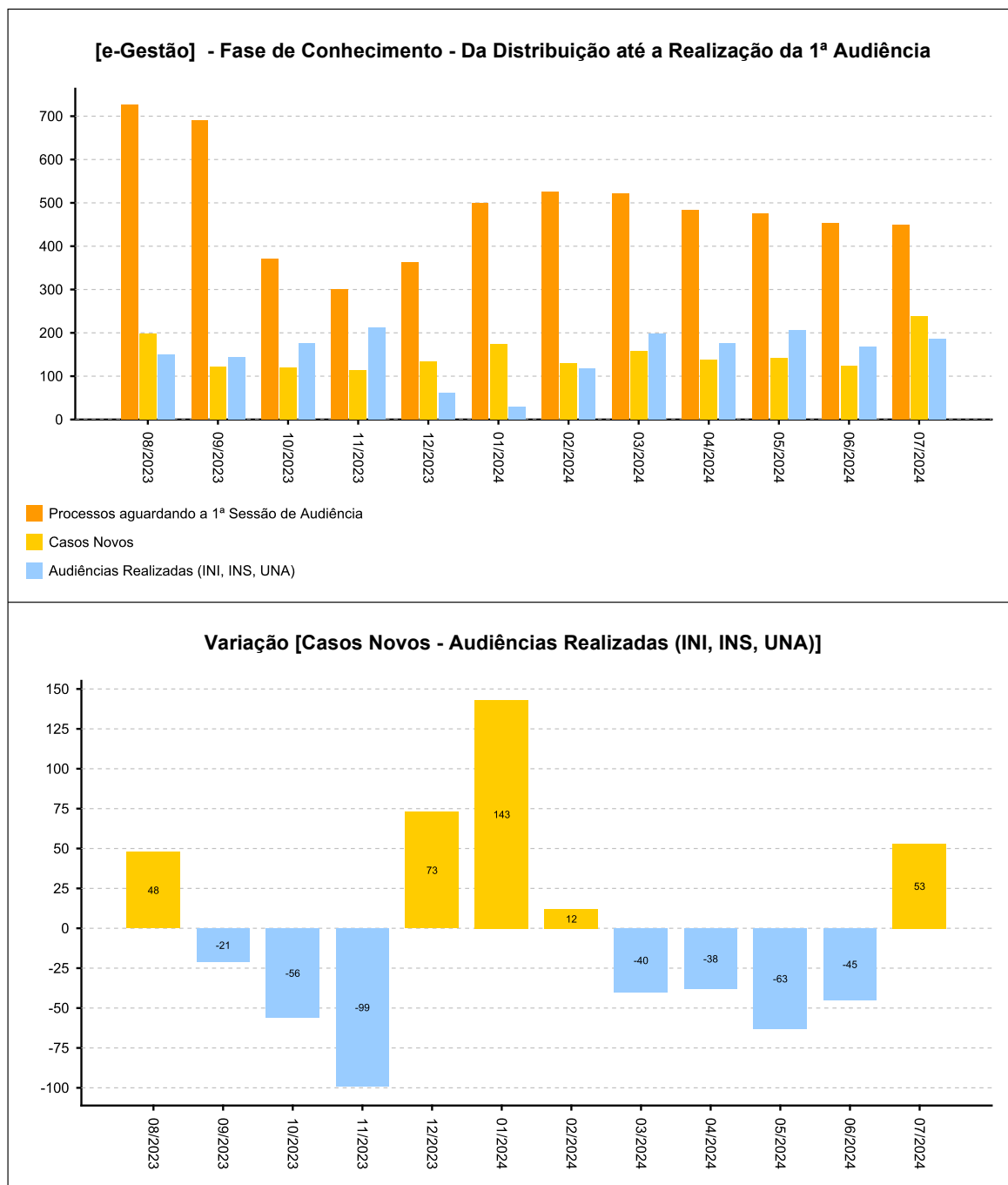




14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA [até 07/2024]

[Voltar](#)

(fonte: e-Gestão)





14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA [até 07/2024]

(fonte: e-Gestão)

